



ATA DA 164ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 28/01/2015, sob a presidência do Senhor Secretário Wanderley Meira do Nascimento, realizou-se a 164ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES.
2. Posse do senhor **Nelson Figueira Junior**, como conselheiro titular, representante da Secretaria Municipal da Saúde - SMS.
3. Posse da senhora **Sonia Aparecida Teixeira** como conselheira titular, representante da Associação Comunitária Nova Jerusalém e da senhora **Marina Sacilote** como conselheira suplente representante da Associação Restaurando Vidas por Cristo, ambas da Macro Região Norte 2 (Casa Verde/Cachoeirinha, Santana/Tremembé, Vila Maria/Vila Guilherme).
4. Posse da senhora **Ana Cristina Valcarcel Vellardi** como conselheira titular, representante do Departamento de Educação Ambiental e Cultura de Paz – UMAPAZ.
5. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Votação do calendário das Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES para 2015.
2. Apresentação do Relatório Anual de Atividades do FEMA e CONFEMA, pelo Secretário Executivo, Rubens Borges.
3. Deliberação das Diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA para o ano de 2015, pelo Secretário Executivo, Rubens Borges.
4. Apresentação do Manual Técnico de Arborização Urbana, pela Engenheira Agrônoma Priscilla Cerqueira, do DEPAVE-5.
5. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES.
- Calendário das Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES.



Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Bom dia, senhores Conselheiros. Queria agradecer a presença de todos. Em geral, a primeira reunião do CADES ocorre em fevereiro. Excepcionalmente, essa reunião está ocorrendo em janeiro, até por conta da dinâmica da Secretaria. A Secretaria, ela está com uma dinâmica de muitos novos projetos, e de novas atividades, até por conta da demanda da própria população e dos problemas que a cidade impõe, então a gente tem que correr para atender a necessidade da cidade da melhor maneira possível. Então gostaria de agradecer a presença de todos, e fazer a abertura da 164ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, 28/01/2015. Estamos iniciando às 9h45. Eu passo a palavra ao Secretário, que vai apresentar a nova diretora do DPP, e em seguida, a gente passa para o expediente da reunião. Obrigado.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, eu gostaria de apresentar para os senhores a nova Diretora do Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas- DPP, que é a Claudete, e também a nossa Ana, é a conhecida Aninha, também como a nova Diretora da UMAPAZ. E a gente espera, com isso, concluir aí, uma segunda etapa da Secretaria, com o preenchimento desses cargos para que a gente tenha aí, um ano bem melhor do que o outro. Porque na verdade, o ano que se passou foi um ano de muita preparação na Secretaria. Eu diria que quase que foi um ano de transição. Porque eram muitas coisas que ficaram interrompidas, que a gente precisou preparar a Secretaria para poder dar conta dos projetos. Então, na verdade, ficou o ano passado fazendo muitos projetos e dando conta do dia a dia, e daqui para a frente, sim, a gente começa a colocar a Secretaria para fora. Os senhores devem ter visto aí, nessa semana que passou, a gente fez uma parceria importante para a cidade de São Paulo, que foi com a SOS Mata Atlântica, que é fazer o Plano Municipal da Mata Atlântica. Desse importante bioma que a gente tem aqui na cidade, aí fragmentos... Então, esse Plano da Mata Atlântica é um plano de fundamental importância, não só para fazer a manutenção e recuperação desse importante bioma, mas também ter como o enfoque a questão ambiental, também. De mostrar para as pessoas que aqui na cidade de São Paulo, com toda essa diversidade, também tem mata atlântica. A maioria das pessoas mais leigas entende que a mata atlântica é só aquela que fica na borda da orla, da praia. Então, também tem esse cunho aí, bastante forte de educação ambiental, e mostrar esse importante bioma, tão frágil. Talvez seja o segundo mais importante do planeta. Não do Brasil. Só perde para a Amazônia. Então a gente começa a colocar os projetos para fora. Tem também o manual de arborização, que veio no momento adequado, vamos dizer assim, e próprio, por conta do que ocorreu aí com as chuvas. Eu vou fazer um breve relato, só, até pelo adiantado da hora. Da importância do manual, e da importância deste plano de arborização para a cidade de São Paulo. Ultimamente, nós vivemos um problema aqui, da queda das árvores. É importante frisar esse assunto. Há pouco, na imprensa, eu coloquei que dá a impressão de que as árvores foram plantadas há dois anos e ficaram doentes há dois meses. É essa a impressão que se dá. Na verdade, nós temos um problema, sim. E eu tenho dito na imprensa, para tomar muito cuidado para não fazer a contra-informação. Ou seja, informar a população que o grande vilão, daqui



a pouco, vai ser a árvore. Então tem que tomar um pouco de cuidado, também, com o que se fala. Ninguém, eu não ouvi falando a respeito da Eletropaulo. Que até hoje sequer apresentou um plano, ainda que fosse a longo prazo, de enterramento. Que isso beira o ridículo na cidade de São Paulo, no século XXI, ainda, esse emaranhado de fios espalhados pela cidade. A rigor, a rigor, se a gente for levar em conta a parte técnica e científica, na verdade, nem se deveria podar árvore. A gente só poda por conta da diversidade. Então é um bom momento para discutir a cidade que a gente quer. O que a gente quer de São Paulo. Qual que é a melhor cidade? E para onde nós iremos, para onde nós vamos. No curto, no médio e no longo prazo? Vamos continuar podando as árvores por conta da Eletropaulo, fazendo esse tipo de poda que é... Bom, não dá mais para a gente ficar com esse tipo de problema na cidade de São Paulo, sem fazer essa discussão da cidade que a gente quer. Não dá mais para existir esse tipo de poda em função desse descaso que se tem com a cidade. Evidente que a cidade tem várias adversidades em relação ao plantio de árvores, também, que a imprensa não coloca. Evidente que o solo não é o mais adequado. Evidente que o ar também, não é o mais adequado, tanto pela fiação quanto pela própria qualidade. Enfim, têm uma série de adversidades. Agora, contudo, nós deveremos buscar a floresta urbana. Que é a nossa cidade. A importância dela. Também ninguém fala que, nós temos hoje, as duas APAs que, se somadas as duas, mais arborização do viário, nós temos em torno de 14 metros quadrados de área verde por habitante. Que isso também não é para sair comemorando por aí. Mas também é para dizer que a gente só respira, ainda hoje, dessa forma razoável, é por conta das nossas APAs. Daí então, a importância de se colocar isso no dia-a-dia, para que a gente faça um plano, cada vez mais radical, de preservação. Quer dizer, o pouco que nós temos hoje, deve-se à APA. Se nós tirarmos a APA da história, se não tivéssemos a APA, nós estaríamos hoje, com 3 metros quadrados de área verde por habitante. Que é ridículo. É pífio. Então acho que tem toda uma discussão que eu costumo dizer que às vezes, é até interessante mesmo, acontecer o adverso, que acaba proporcionando outras discussões interessantes para a cidade. Já foi apresentado aqui, nós temos em torno de 650 mil árvores no viário. Então, como eu havia falado, nós temos hoje, 650 mil árvores no viário. Deixando bem claro, no viário da cidade de São Paulo. Não inclui aí, parques, não inclui praças. Nós deveremos ter, hoje, algo em torno de 2 milhões, 2,5 milhões de árvores, se contarem praças e parques. Isso é só para a gente fazer alguma reflexão. Só para finalizar em relação às árvores, então, com certeza, nós não ouvimos nenhuma notícia que houve essa queda tão grande de árvores em nenhuma das APAs. Por razões óbvias. É como eu disse. Porque aqui nós usamos a adversidade. E lá é o seu espaço natural. Os ventos lá, eles distribuem. Não têm corredores de vento. É claro que aqui foi uma somatória. Vento, chuva muito forte, e evidente, ninguém está falando aqui que todas as árvores estavam sãs. Ninguém está mentindo aqui. Evidente que as árvores têm problema. Agora as árvores, elas são muito parecidas com nós mesmos. Com o cidadão. Ora, se hoje nós não temos um diagnóstico satisfatório para nós mesmos, quando vai ao médico, quanto mais para uma árvore. Nós vivemos esse dilema no dia-a-dia. E aí, para se ter uns diagnósticos mais apurados, têm que ter aparelhos. No caso, no nosso, é raio-X, têm



uma série de tecnologias, aí. A árvore também tem. Eu não vou aqui, citar nome, até por questão de ética. Mas nós recebemos ultimamente aqui, uma das melhores tecnologias do mundo para fazer esse tipo de diagnóstico. Foi com essa melhor tecnologia do mundo que foi feito um piloto. Não vou falar aonde. Mas que caiu uma árvore enorme. Uma das maiores que caiu. E nesse diagnóstico, ela estava boa, a árvore, sã. Não era para cortar. Então, daí, a complexidade que é este problema. Então também não dá para a gente sair contratando tecnologia e dando cambalhota, porque nós não temos certeza de nenhuma delas. Aí a emenda vai sair pior do que o soneto. Daqui a pouco nós vamos estar com a pecha de estar contratando aí, milhões, para um diagnóstico que não tem resultado. Então tem que se tomar muito cuidado com essa questão das árvores, e ter um tratamento mais sério sobre esse assunto. Eu penso que as árvores, ela só vai começar a equacionar esse problema, a hora que nós conseguirmos envolver a população no controle. Acho que a população tem que ser empoderada. Já falei isso para a Claudete, que é um desafio aí, para os Conselheiros de parque, para os Conselhos dos CADES já existentes. Todos os Conselhos, e começar a discutir essa questão no território, e levar até o bairro. E levar esse inventário nosso, já existente, e também discutir com a população, para que ela saiba que espécie que é aquela que está no seu passeio, qual a sua idade, se tiver alguém podando, ela tem que ser empoderada para imediatamente, ligar para algum número e interromper a poda, se não apresentar um documento oficial. Enfim, eu acho que é por aí sim, que nós vamos conseguir alguma coisa. Porque não dá mais para achar que o poder público, como um todo, ele vai dar conta do dia a dia. Não vai mais. Não é que não vai dar agora. Não vai mais. Porque o crescimento dos problemas cresce exponencialmente. E a administração pública está do jeito que a gente conhece. Eu não tenho problema nenhum de falar isso. A administração pública está na UTI, no último respiro. Desse modelo. Ou se discute um outro modelo, ou você empodera a sociedade para que ela participe cada vez mais, por dentro da administração. Não tem outra saída. A Secretaria, esse ano, começa a também, já esboçar outra parceria com a SOS Mata Atlântica, que nós vamos fazer um plantio por semeadura lá no Cantareira. Eu já falei aqui neste fórum, como está a Cantareira hoje. Eu venho falando isso desde o dia que eu entrei. Essa questão da água, antes, mesmo, de existir um problema mais sério, eu já vinha falando. Que estava com um problema muito grave lá. Têm alguns cientistas que dizem que tem sim, o efeito do microclima. Evidente que essas coisas não se provam. Não é matemática. Dois mais dois dá quatro. Mas são indicadores. Então, junto com a SOS Mata Atlântica, a gente deve estar fazendo uma semeadura ali, a montante do Rodoanel. E em algumas partes, a jusante também. Para que a gente tenha um resultado mais rápido. Então a parceria com a Mata Atlântica no sentido, pela expertise deles, de dizer o tipo da semente, a rapidez da espécie, o tipo da espécie, e de compatibilizar ali, que também, que é um importante bioma ali, de mata atlântica também. Então eu diria que nessa Secretaria, tão importante quanto obras de viadutos, de pontes, etc., também nós temos que dar força para projetos que não é de concreto. Que são projetos importantes. Como também, o resíduo sólido, que tem uma meta aí, bastante audaciosa que é universalizar a coleta seletiva até 2016. Esses dias, eu estava fazendo uma conversa no



governo, e ontem eu tive a oportunidade de, viu, Júlia, de falar com o próprio prefeito, que eu acho que a maioria do governo nem tinha se atentado para isso. Na verdade, o ano que vem, se nós conseguirmos a meta, na verdade, nós vamos ser a maior coleta seletiva do planeta. Só isso. É. Só isso. Eu acho que o próprio governo não tinha atentado para isso. Cidade do México não tem essa quantidade, Nova Iorque não tem. E nós teremos aqui. Vai ser simplesmente isso. Então, têm certas coisas que às vezes, não parece uma obra de grande impacto, então parece que fica meio em segundo plano, mas tem que prestar atenção também, nesses programas, nesses movimentos, nesses projetos, que eu acho que são de fundamental importância para a cidade. Eu só queria, para terminar, ultimamente, nessa semana em especial, a Globo vem fazendo uma série de inserções no parque, eu gostaria de... Eu sempre coloco essas informações aqui neste fórum, que eu sei que é um fórum que é de formador de opinião também, para que pelo menos, se fale um percentual significativo da verdade. Ninguém está dizendo que os parques estão uma maravilha. Mas os três parques piores, hoje, na cidade de São Paulo, são justamente, três parques que foram vandalizados. Agora, dizer também que o vandalismo foi da população não é verdade. A população não vandaliza parque. Não existe isso. Evidente também, que a gente não pode estar falando todo o arcabouço de verdade em um momento desse, porque têm coisas que não vêm ao caso. Mas sinto muito. Isso faz parte, às vezes, da responsabilidade do gestor público. A gente sabe exatamente o que está acontecendo nesses parques. Não é por parte da população. É por um segmento da população. Eu diria que é por criminosos. A população não é criminosa. Agora, uma parte dela tem criminosos. E outra parte... foi um parque em especial, e eu não tenho problema nenhum de falar isso... foi um parque em especial, que uma empresa de vigilância faliu, ela faliu, e deu a notícia para os funcionários que eles não recebiam porque a prefeitura não estava pagando. Então vocês já imaginaram o que esses funcionários fizeram. Então têm esses três casos. Agora, existem mais outros oito, nove por aí, que tem mesmo, um problema de manejo. Problema de manejo, em função do lapso que teve, de contrato de manejo, quando eu cheguei. Alguns parques ficaram sem contrato de manejo, e o processo licitatório, ele não caminha com a velocidade que a gente gosta. E nós temos uma coisa chamada Tribunal de Contas também, que eu não estou satanizando aqui, Tribunal, mas eles também cumprem seu papel. E muitas vezes, ao cumprir o seu papel, atrasa e muito também, o processo licitatório. Então o Ricardo Teixeira, ele iniciou esse processo das atas de manejo, no período dele, ainda. E eu terminei agora, na semana passada. Quer dizer, daqui para frente, nós vamos assinar todos os contratos de manejo e todos os contratos de vigilância. E eu não estou assinando só agora, semana passada, por meu gosto. Eu gostaria de ter assinado quando eu cheguei. Então têm essas coisas. E aí, eu acho que a Globo, ela elege algumas coisas. Não sei se tem alguma coisa por trás disso. Mas eu fui eleito essa semana. Essa semana, está saindo, todos os dias, o mesmo assunto. E inclusive foi feito uma confusão ontem, que eles deram tiro no alvo. Erraram, mas o tiro era para a Secretaria do Verde. Que entrou um parque que nem era do Verde. Como é parque, parque é sinônimo de Verde, e ficou o Verde. Que é o CERET - Centro Esportivo, Recreativo e Educativo do Trabalhador. Não.



Nem é do estado, mais. Mas ele é da Secretaria de Esportes. Mas eles imaginaram: não, é parque, é Verde. Vamos lá, dar o tiro lá. Mas então, está saindo... eu não sei quando que vai acabar isso. Mas hoje saiu de novo. Deve sair amanhã. Mas eu queria dar essa informação, que na primeira semana que entra agora, todos os contratos, eles já vão entrar em vigor. Ou seja, vão entrar para trabalhar. O que acontece também, de lacuna, é que se eu assino um contrato hoje, e que vem aí, sendo judicializado para dois anos, a empresa, ela só vai se mobilizar, ou seja, contratar funcionários depois da ordem de serviço, evidente. Ela não vai contratar com um mês de antecedência, porque ela não tem a segurança se vai prosperar ou não. Então tem um prazo aí também, das empresas se acomodarem para comprar equipamento, o pessoal, etc. Mas era isso. Vamos dar continuidade aqui ao trabalho, na pauta.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Bom dia a todos. Obrigada Secretário. Passamos para o nosso primeiro item do expediente. Discussão e votação da Ata da 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES. Alguma observação, alguma correção? Conselheira.

Cons. Cecília: Sou Cecília Pellegrini, do Morro do Querosene. E para dizer a verdade, eu não tenho muito costume de ler ata, mas essa vez, eu li a ata e fiquei muito admirada. Então vou dizer aqui as correções. Primeiro, todas as vezes que aparece Cecília Marcondes, não é Cecília Marcondes. Ou é Célia Marcondes, ou é Maria Cecília que eles usaram em algum outro lugar. E essas frases então, que foram atribuídas à Cecília Marcondes, eu peço que seja corrigido, porque é Maria Cecília, ou Cecília Pellegrini, que é o meu nome. Estão na página 32, página 30, e página 29, que eu observei esse erro. Tem outro erro que eu achei mais grave do que esse, porque a pauta da reunião passada, a gente estava aprovando a Resolução 61. E a gente aprovou então, a alteração de mil para três mil o corte da necessidade de até três mil metros quadrados, passaria sem... E lá consta da ata, que a gente aprovou de dois mil para três mil. Não. Não é verdade. A gente aprovou de um mil para três mil. Então também peço que essa correção seja feita, porque toda a discussão que aparece no decorrer da ata fica sem sentido se for de dois para três. Então é muito necessário corrigir. Que a gente aprovou uma alteração de um mil para três mil. Deixa eu só ver se tem mais alguma coisa. Também eu observei lá, que o Conselheiro Ângelo solicitou um quadro das pendências das pautas que foram solicitadas durante o ano de 2014. Também não vi isso na ordem do dia de hoje nem nada. Quer dizer, vai protelando, então também queria dizer que consta lá. É necessário que a gente dê alguma satisfação sobre isso. Quando que a gente vai fazer ou deixar de fazer. E finalmente, eu queria observar o seguinte: o número de termos que o que transcreve, ele coloca incompreensível, é muito grande. Então eu queria sugerir se existe a possibilidade de que as falas onde aparecem termos incompreensível, incompreensível, incompreensível, que quando a ata fosse mandada para a gente ler, o próprio autor daquela frase pudesse tornar compreensível. Porque só justificando esse meu pedido, eu acho que as nossas atas são documentos para futuras análises, e futuras... Então, a hora que eu leio a ata,



e aquela quantidade incompreensível, incompreensível, incompreensível, para nós, incompreensível hoje, já pensou daqui a anos, como é que vamos ser interpretados? Então é só isso. Muito obrigada.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ok. Obrigada, Conselheira. Então ficam anotadas todas essas correções. Alguém quer fazer mais alguma observação sobre isso? A questão do incompreensível, às vezes, é por um problema técnico, do som, mas de qualquer forma, fica...

Cons. Cecília: Mas aí, sugiro que se procure diminuir esse número de incompreensíveis.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Certo. Certo. Obrigada. Mais alguém? Coloco em votação... Então os Conselheiros que aprovam a ata, permaneçam como estão. **A Ata da 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES está aprovada por unanimidade**, com as ressalvas que colocou a Conselheira. Tudo bem? Obrigada. Bom, seguindo a nossa pauta, nós temos agora a **posse do senhor Nelson Figueira Junior como Conselheiro Titular, representante da Secretaria Municipal da Saúde, SMS. Posse da senhora Sonia Aparecida Teixeira como conselheira titular, representante da Associação Comunitária Nova Jerusalém e da senhora Marina Sacilote como conselheira suplente representante da Associação Restaurando Vidas por Cristo, ambas da Macro Região Norte 2 (Casa Verde/Cachoeirinha, Santana/Tremembé, Vila Maria/Vila Guilherme)**. Temos a **posse também, da senhora Ana Cristina Valcarcel Velardi. Ana, como Conselheira Titular, representante do Departamento de Educação Ambiental e Cultura da Paz, UMAPAZ**. As posses estão acolhidas. Os Conselheiros considerem-se empossados, e sejam bem-vindos. Passamos agora para sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Então se alguém tem alguma sugestão, pode colocar agora, nesse momento. Fica para o final da reunião. Tem alguém? Por favor.

Cons. Olga: Bom dia. Conselheira Olga Maria Soares e Gross, da SMDU. Não é uma complementação. Uma continuidade da fala do nosso Secretário, com relação a uma proposta de aumentar os recursos para esse trabalho de cuidado de saúde com as nossas árvores idosas. Então a gente fala no final, isso?

Cons. Cecília: E eu só queria dar um informe que hoje, às 15 horas, no Instituto Oceanográfico, tem uma importante reunião, sobre a questão da água no município de São Paulo. Então queria convidar a todos.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ok. Conselheiro Ivo.

Cons. Ivo: Bom dia a todos. Início de trabalho do ano. Então, bom dia a todos. Um novo ano, início de trabalho. Ivo, representante da Associação Moradores do Parque Savoy City. Enfim, eu não sei se é pertinente. O Secretário, quando falou a questão de vigilância e manejo, eu ia trazer uma angústia aqui, da consciência negra, do parque. Que está abandonado, sem segurança, sem... E está sofrendo os impactos, e é uma região sensível, a Cidade Tiradentes. Então estive lá, verifiquei as questões, e eu estaria trazendo isso. Mas o Secretário já me respondeu. Agora, eu tenho uma questão que eu não sei se é apropriada para esse momento. O Parque da Vila Ema, a questão da desapropriação. Que o prefeito se comprometeu,



existe uma lei do Chico Macedo e da Juliane Cardoso, na questão da desapropriação desse parque. E eu queria saber as quantas anda. Porque faz parte da nossa Leste, e tem que estar acompanhando.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Não. Então, não está nada incluso na pauta, até para não atrapalhar o andamento dos trabalhos. Eu vou falar rapidamente. O Parque Vila Ema, ele está no mesmo rol das 154 DUPs que nós temos na Secretaria do Verde, que eu já falei isso aqui. É uma peça de ficção científica. Remonta a dois bilhões, a somatória dessas DUPs, e só tem uma alternativa: a alternativa para discutir e dar andamento esses projetos é se fazer uma parceria público-privada. Ou seja, você definir, caso a caso, um percentual da iniciativa privada, e como contrapartida, ela pagar a concessão e pagar a implantação do Parque. Eu só vejo essa saída como fonte de recursos. Nós não temos recursos para a aquisição de novas áreas neste momento. Se bem que no PDE, está previsto outro fundo, que é o Fundo para Aquisição de Áreas, que há que ser regulamentado ainda, que pode servir como ferramenta para essa ação público-privada. No caso da Vila Ema, em especial, tem uma empresa, tem um projeto para lá, que é a Tecnisa. Agora, eu acho que a melhor alternativa seria sentar com a Tecnisa e fazer uma conversa, assim, que parte caberia para a população, e que tamanho de parque. Pode ser que a população não tope. Eu não topo. Então vai ficar... Nesse momento, vai ficar sem parque. Até porque a DUP se encerra daqui a cinco meses. Então se toma a decisão agora, da Vila Ema, ou vamos perder mais uma DUP.

Cons. Ivo: Eu queria ressaltar também, concluindo, a questão do corte e poda de árvores. Eu cito um exemplo muito interessante: eu tenho em Itaquera, um engenheiro agrônomo, e Itaquera é um dos bairros aqui, de São Paulo, uma das subprefeituras, que têm em torno de 600 mil habitantes, em quatro distritos. Tem um agrônomo e uma equipe de trabalho para corte e poda. Tanto que eu sempre encaminho para ele, alguma solicitação. Ele me atende sempre prontamente. Mas seria necessário, de acordo com o que o Secretário colocou a questão de conscientizar o tipo de arbóreo que é pertinente, a identificação, porque está faltando ferramenta, gente. E sem ferramenta não se tem trabalho. Essa é a questão. Obrigado.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Então, é só sugestão de pauta. Discussão a gente faria no final, se tiver tempo. Se mais alguém tiver sugestão de pauta, então. Conselheira Célia.

Cons. Célia: Ainda falando na questão dos parques, uma proposta: arrumarmos fundos para compra disto. Eu já falei isto na reunião que ocorreu na UNINOVE, da Vergueiro, nesta semana que passou, e tem uma proposta. Obrigada.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Todas as sugestões ficam anotadas para o final da reunião. Dando sequência, passamos à Ordem do Dia. O primeiro ponto é a votação do calendário das Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES para 2015. Eu acho que vocês devem ter recebido. Teve uma pequena alteração do mês de fevereiro, que tem Carnaval. Todo mundo recebeu? Então, a única alteração é que o dia 18 de fevereiro ficou para o dia 25. Tudo bem? Passamos à votação. Os Conselheiros que são



favoráveis às datas propostas permaneçam como estão. Então está **aprovado o Calendário das Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES para 2015**. O nosso próximo ponto é a apresentação do Relatório Anual de Atividades do FEMA e CONFEMA, pelo Secretário Executivo Rubens Borges. Rubens, por favor..

Secretário Executivo Rubens Borges: Bem, conforme a legislação que regulamenta o FEMA, e a lei que reestruturou a Secretaria, que é a Lei 14.887, um dos itens da legislação é de que anualmente, o FEMA e o CONFEMA, o Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, devem dar um retorno das atividades realizadas no ano anterior, para este Conselho. Isto se dá porque os dois Conselhos trabalham juntos. A gente tem uma representação do CADES no CONFEMA, e anualmente, a gente traz um retorno das atividades em geral, que foram realizadas. Eu fiz aqui, uma apresentação. É um resumo do relatório. O relatório, ele é um pouco extenso, mas eu tenho aqui, um resumo. E ao final da apresentação, eu me coloco à disposição para algum questionamento ou alguma dúvida que surgir ao longo dessa apresentação. Então, durante o exercício de 2014, o CONFEMA se reuniu 16 vezes, sendo 9 reuniões plenárias ordinárias, e 7 reuniões plenárias extraordinárias. Isso resultou em 131 resoluções. Uma quantidade bastante elevada para o número de reuniões. Dá 8,3 resoluções por reunião. Cada resolução dessa implica em uma discussão, implica em uma análise de um projeto, implica em contrapontos colocados pelos Conselheiros. Então as reuniões, elas acabam se estendendo, e a produção desse Conselho acaba sendo muito grande, em função dessas discussões todas. Bom, o resultado dessas discussões é a aplicação dos recursos do Fundo em projetos ambientais. Como a gente sabe, o Fundo, ele é um instrumento de política pública. Então ele atende às demandas da sociedade na questão ambiental, e essas discussões, esses recursos que são aplicados, eles têm que ser retornados, eles têm que retornar para a população, em forma de serviços ambientais. Então ele, como um instrumento de política pública, um instrumento econômico da política pública, ele tem a função de atender a essas demandas. Essas demandas são as mais variáveis. Até porque a questão ambiental, ela é um tema transversal, como isso já vem sendo falado há muitos anos. Então, de maneira direta ou indireta, ela acaba envolvendo a questão ambiental, a questão do bem estar da sociedade. Então o CONFEMA, ele acaba recebendo propostas de projetos dos mais variados possíveis. Nós temos desde transporte hidroviário, mudança de matriz energética, a própria conservação das áreas verdes do município que já foi colocado aqui pelo Secretário, então nós temos uma demanda muito grande. E essa demanda, por ser muito grande, ela tem que ter critérios, e as discussões acabam sendo bastante acaloradas em algumas reuniões, para que se decida... Porque o Conselho Gestor desse fundo, ele tem que definir aonde será aplicado esse recurso. O FEMA, o Fundo de Meio Ambiente, no final de 2013, ele tinha, aproximadamente, 230 milhões de reais em caixa. Parece muito dinheiro, mas não é, se a gente considerar que o orçamento da Secretaria, em geral, nos últimos anos, ele tem implicado em torno de 0,6 a 0,7% de todo o orçamento da prefeitura. Então o orçamento destinado, do montante de recursos que a prefeitura arrecada, o que é destinado para a



Secretaria do Verde, é um valor ínfimo. E por conta disso, os fundos socioambientais, nós temos o FEMA, e agora, como o Secretário colocou, nós teremos outro fundo, que é o fundo de parques, foi criado pelo PDE, esses fundos, eles acabam tendo uma função de atender a uma demanda que a Secretaria não consegue atender. Então ele tem... A demanda é muito grande, da cidade, é muito dinâmica. E esses fundos acabam tendo essa função. Então, esses 230 milhões e quando a gente fala em milhões, parece muito dinheiro, para o tamanho da cidade de São Paulo, não representa tanto assim. E esses recursos, eles são divididos de acordo com a demanda da própria população, e com as diretrizes estabelecidas pela política municipal de meio ambiente. Então nós temos aqui, os valores aplicados em 2014. Para manejo de parques, manejo e conservação de parques, foram R\$ 62.706.000,00, aproximadamente, que foram destinados... não que tenham sido totalmente aplicados, mas que foram aprovados pelo FEMA para que se possam fazer as novas contratações que são essas contratações que o Secretário falou que estão ocorrendo. Foram aprovados 172 milhões para a vigilância e proteção à biodiversidade. R\$ 4.920.000,00 foram destinados para a implantação de novos ecopontos, que foram projetos apresentados pela AMLURB, e que foram submetidos ao CONFEMA. Então são projetos novos de implantação de ecopontos. Foram aprovados também, 10 milhões de reais para ciclovias. A ciclovia é uma realidade, a gente está vendo na cidade a implantação dessas ciclovias. R\$ 3.210.000,00 que foram destinados para os editais, que são recursos voltados a projetos apresentados pela sociedade civil. E R\$ 4.630.000,00 para projetos diversos, ou que foram surgindo, da Secretaria. Então nós tivemos pavimentação da via Maria Trindade no Parque Anhanguera, implantação de viveiros, que são projetos diversos que compõem esses R\$ 4.630.000,00. Está demonstrado aqui, graficamente, o montante de recursos aplicados. A gente percebe que para manejo e vigilância houve aplicação de recursos de maior montante. Por que isso se deu? Porque a demanda pela conservação dos parques é muito grande. O Secretário acabou de trazer o exemplo da imprensa cobrando uma posição do poder público com relação a isso, e a Secretaria tem obrigação de prestar esse serviço, e os recursos são poucos. Então, a gente tem que utilizar esses recursos do Fundo. Esses recursos, na verdade, se não fossem aplicados em manejo, ou não fossem aplicados na vigilância dos parques, eles ficariam... ou parte deles, pelo menos, ficaria parado na conta do FEMA, rendendo, aplicação financeira como todo fundo deve fazer. Porém, a função de um fundo socioambiental não é guardar dinheiro em caixa. Esse dinheiro, ele é da população. Ele é depositado em uma conta corrente, e tem que retornar para a população. E ele retorna em forma de serviços, em forma de projetos. Então a prefeitura não tem interesse em fazer poupança com dinheiro do fundo. Ela tem que aplicar esses recursos. E a forma que nós estamos encontrando de devolver esse dinheiro para a população, em forma de serviço, é atendendo a essas demandas que estão de acordo com a política municipal de meio ambiente. Bom, com relação a 2014, aqui eu fiz uma retrospectiva dos outros editais, porque parte dos recursos são aplicados em projetos apresentados pela sociedade civil. E a gente tem que dar retorno para a sociedade civil, de como estão sendo aplicados esses recursos. Então dos recursos aplicados nos editais de chamamento público



promovidos pela Secretaria, nós temos de 2005 a 2010, o total de 118 projetos aprovados e desenvolvidos pela Secretaria, pelos editais. A gente tem até 2010, que é o edital FEMA 9, que ele foi publicado em 2010, mas os projetos começaram em 2011, 2012, e estão ainda em andamento alguns projetos. Mas a gente tem o FEMA 10, que é o edital de agricultura agroecológica, cujos projetos foram aprovados na reunião passada, do CONFEMA. E temos o FEMA 11, que é o edital de educação ambiental, que nós estamos em fase do processo de seleção dos editais. Então, esse número vai aumentar aí, ao longo desse ano. Esse número de projetos apoiados, eles vão aumentar. Percebe-se que os projetos de educação ambiental são os que surgem em maior número. Por quê? Os outros são temas específicos. Então é agricultura agroecológica, preservação de nascentes, projetos voltados a comunidades indígenas, então os de educação ambiental são os que mais aparecem, quando a gente expede um edital. A distribuição desses recursos, desses projetos que são desenvolvidos na cidade, a gente fez um cálculo aqui por região da cidade, então nós temos aqui, o maior índice de projetos aplicados, na região Sul, 45% daqueles 118 projetos, estão na região Sul. 22% em várias, porque às vezes, o projeto aborda mais de uma região do município. 15% na região leste. 5% na norte, e 13% na oeste. A concentração de projetos, de recursos, é maior na região Sul, porque se encontram lá os mananciais, com as áreas de preservação ambiental. A leste também, há uma APA na leste. Então os recursos acabam se direcionando mais àquelas regiões. E outras regiões, porque elas são mais desenvolvidas e talvez a demanda seja menor, por conta de contar com maior infraestrutura, de já ter projetos sendo desenvolvidos por outras instituições, então os recursos acabam se concentrando na região sul da cidade. Em 2014 foram elaborados e selecionados os projetos do edital FEMA 10, que é o de agricultura agroecológica e que estão em fase de assinatura dos convênios. Porque a partir da aprovação pelo CONFEMA desses projetos, passa-se para a coleta de documentos e assinatura dos convênios, para começar a desenvolver os projetos. O edital FEMA 11, que é de educação ambiental, está na fase de habilitação das instituições. As instituições têm que estar habilitadas para participar do edital. Elas apresentam certa documentação, e atendendo a essa fase do edital, passa-se para análise dos projetos. E o edital FEMA 12, que está em elaboração, que também será voltado à educação ambiental, ele ainda está sendo trabalhado, porque seria uma espécie de continuidade do edital FEMA 11, que é o desenvolvimento de projetos de educação ambiental nos pólos de educação ambiental que a Secretaria vem implantando. Então para esse ano, para 2015, temos aí, a árdua missão de assinar os convênios, selecionar os projetos do edital 11 e já lançar, pelo menos, o edital FEMA 12, e se nós tivermos capacidade técnica e pernas para isso, a gente pretende lançar ainda este ano, o edital FEMA 13. Bom, qual é a previsão de aplicação de recursos para 2015? Então nós temos aqui, o valor destinado para o edital FEMA 10. É R\$ 1.500.000,00. Do edital FEMA 11, que é de educação ambiental, R\$ 1.710.000,00. O valor previsto para o edital FEMA 12 é R\$ 1.400.000,00. Valor previsto para os pagamentos por serviços ambientais, que também é uma demanda do Plano Diretor Estratégico, a princípio, R\$ 14.000,00, porque a gente entende que ainda existe uma discussão, existem ainda, algumas regulamentações que devem ser



propostas e providenciadas pela Secretaria, para que se possa, efetivamente, fazer o pagamento por serviços ambientais. Isso também já vem sendo discutido na Secretaria. Então o total previsto de aplicação para 2015 para os projetos voltados para a sociedade civil, é de R\$ 4.624.000,00. Com relação à aplicação de recursos de projetos da própria prefeitura, que a gente chama de projetos públicos, não necessariamente da Secretaria do Verde, mas também de demanda de outras Secretarias que nos procuram quando têm projetos ambientais, então nós temos previstos no orçamento para implantação de ecopontos, um milhão de reais. Esses valores aqui, eles foram colocados com base na proposta orçamentária, porque quando esse relatório foi feito, em dezembro, o orçamento ainda não tinha sido aprovado. Então eu não sei, porque como eu estava de férias, eu não sei ainda se esses valores conferem. Se bate com o que foi aprovado na Câmara. Mas a proposta era de implantação de ecopontos, um milhão de reais. Implantação de vias cicláveis e ciclovias, aqui o valor é simbólico, porque nós não temos ainda o valor fechado. Então ficaram mil reais. Reforma e adequação de parques, R\$ 11.200.000,00. Apoio a ações ambientais, são aqueles R\$ 4.624.000,00 que eu coloquei agora. Para a educação ambiental, 587 mil. Operação, manutenção e conservação de parques, R\$ 49.788.000,00. Implantação da política municipal de mudanças climáticas, R\$ 1.389.000,00. Implantação de projetos ambientais diversos, R\$ 3.642.000,00. Implantação de viveiros, mil reais, que também é um valor simbólico. Nós não temos ainda, fechado. E implantação de parques e unidades de conservação, R\$ 8.800.000,00, aproximadamente. Então isso dá um total de R\$ 79.707.000,00, que foi o valor que a Secretaria de Planejamento estabeleceu no orçamento, para que nós distribuíssemos isso nas ações e nas demandas que a Secretaria tinha para 2015. Aqui consta a equipe técnica, que passando por alterações ainda, então a Julie que estava conosco, no FEMA, até o mês passado, hoje ela está aqui no CADES. Então estão ocorrendo algumas alterações. Mas essa é a equipe técnica de 2014 e essas foram as atividades, e o nosso planejamento para 2015. Eu fico à disposição para algum questionamento, ou dúvida, que tenha ficado com relação a essas atividades. Dona Cecília, em seguida, Célia Marcondes. E senhor Ivo também está inscrito.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheira Cecília, por favor.

Cons. Cecília: Cecília Pellegrini. Rubens, você falou que tínhamos, no FEMA, no início de 2014, foram 230 milhões.

Secretário Executivo Rubens Borges: No final de 2014. O saldo em dezembro de 2014.

Cons. Cecília: Não. Em dezembro de 2013, para gastar em 2014.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, não. Esse saldo que eu coloquei é o que nós tínhamos agora, em dezembro de 2014. Só que desses 230 milhões, tudo que foi aprovado ao longo do ano, vai ser descontado desses 230.



Cons. Cecília: Então, espera um pouquinho. Esse relatório que você está apresentando, não é das atividades de 2014?

Secretário Executivo Rubens Borges: 2014.

Cons. Cecília: Então eu preciso saber o quanto foi gasto em 2014. Somando lá foi gasto, em 2014, pelo que eu entendi os 230, aproximadamente 230 milhões.

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato. Foi aprovado. Ele não foi gasto, efetivamente. Ele foi aprovado pelo CONFEMA.

Cons. Cecília: Que os valores aplicados, se você somar 60 com 170, já dá 230. Então, efetivamente, os valores aplicados em 2014, já foram mais de 230 milhões. Que é o que você está mostrando ali. E você coloca que o orçamento da Secretaria é de 0,6% do recurso da prefeitura de São Paulo. Então, senhor Rubens, eu preciso desses valores na mesma unidade. Você precisa me dizer quanto em milhões, para eu poder comparar o recurso da Secretaria com o recurso do FEMA. Por quê? Você me diz em milhões, quanto o FEMA gastou. E você me diz, em uma porcentagem, de um recurso... Eu não consigo comparar. Eu preciso que você me diga quanto é 0,6% do recurso da prefeitura que cabe à Secretaria, para que eu possa avaliar primeiro. Então eu lhe peço, se você tem esse dado, que, por favor, a primeira coisa que eu lhe peço, é qual o recurso da Secretaria do Verde? Você tem este valor?

Secretário Executivo Rubens Borges: Para este exercício, eu não tenho. Não sei se o Secretário...

Cons. Cecília: Não. Para 2014. Para o relatório que você apresentou. Para eu poder avaliar, eu preciso saber quanto a Secretaria tem, e comparar com quanto o FEMA tem. Primeiro. Em 2014. Não é em 2015. Eu estou falando em 2014. Agora eu quero, depois, continuar minha fala.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Com certeza, é muito pouco. Pela importância da Secretaria. Mas os valores orçamentários da Secretaria, eles têm um histórico nos últimos 3, 4 anos, que é muito parecido com o valor do FEMA. Então, sempre é em torno de 200, 220. É bem parecido com o FEMA. Faz algum tempo que é assim. Agora, é importante frisar e eu já falei isso em outras ocasiões, nós temos que divulgar cada vez mais, que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que não é peculiaridade só aqui da cidade de São Paulo, eu diria que é um problema nacional, e até mundial. Cada vez mais, discute-se o conceito de meio ambiente como um conceito cada vez mais transversal. Ora, se ele é transversal, no caso da Secretaria de São Paulo, da nossa aqui, da cidade de São Paulo, na verdade, nós temos interface com todas as Secretarias, sem exceção. Então isso significa que tem um gasto aí, grande, de energia. Tem um gasto grande de expertise. Que a gente também não tem. E tem também um gasto em valor. Quando a gente fala de: "ah, mas por que você, Secretaria do Verde, está investindo em ciclovia?" Está investindo em ciclovia porque é um plano de governo. Por que está investindo em ecoponto? Além de ser de governo, é um projeto de forte apelo ambiental. Agora, a Secretaria do Verde, ela também tem, por si só, dentro dela,



também, projetos da Secretaria. Que muitas vezes, a gente não consegue executar, em detrimento de outras Secretarias, de outros projetos. Aí vai um pouco da velocidade. Há pouco, eu estava conversando com o prefeito. Ele tem uma visão muito interessante sobre isso. Ele fala assim: o problema não é falta de recurso. O problema é ter bons projetos, e qualidade no projeto. Se tiver bom projeto, vai ter recurso. Que ele vai ser feito em detrimento do outro, que não é bom. Então é assim, um pouco, que funciona também, no governo federal. Eu lembro que o presidente Lula reclamava muito com isso. Que ele não conseguia gastar os recursos por conta de falta de projeto. Recurso tinha. Não tinha era projeto. Gostaria só de frisar uma coisa aqui. O Rubens explicou muito bem, mas assim, primeiro que eu fiquei muito feliz porque desde que eu cheguei na Secretaria, eu costumo dizer que a minha fala virou quase que um mantra. Que o mais importante era educação ambiental. Sem prejuízo dos outros projetos. Mas se a gente não aplicar em educação ambiental, nós vamos voltar daqui a 40 anos, e estar chorando as mesmas mazelas aí, sem ter resolvido. Então eu fico muito contente por isso. E para explicar, quando o Rubens fala de educação ambiental, está dentro desse item aí, dentro dessa caixinha, têm os pólos de educação ambiental. Que eu acho que é, assim, o nosso carro-chefe, apesar de que também, mais um caso que a maioria não tem esse entendimento. Pólo de educação ambiental significa um local aonde vai se fazer a difusão da educação ambiental no território. Por que são 32? São 32 porque é um em cada subprefeitura. Que para mim, ainda é pouco. O ideal seria um dia que nós tivéssemos no âmbito do território, de distrito, pelo menos. Mas vamos por etapa. Vamos começar por aí. Esse pólo de educação ambiental que vai ser uma briga grande, eu vou lutar bastante por isso, porque aí, pela minha andança por aí, em órgão público, eu aprendi uma coisa que quando você faz um projeto conceitual, que você não tenha um ponto focal nele, físico, ele está fadado a desaparecer. Isso aí nós temos vários exemplos. Vamos citar aqui, alguns. Você tem EMA, que é um projeto aí, de saúde. Se você faz uma EMA em um quatinho qualquer... Ah, vamos colocar ali, em uma salinha. Vamos alugar uma casa. Ele está fadado a desaparecer. Projeto do CEU, a mesma coisa. Se o projeto do CEU não tivesse esse conceito arquitetônico mais elaborado, e ficasse essa marca para a população, com certeza também ninguém estaria falando mais de CEU, muito menos funcionando o CEU. Então eu vou brigar bastante. Isso não estava previsto, viu, Rubens. Eu acho que esse projeto de polo de educação ambiental no território, ele tem que ter arquitetura. Ele tem que ter um espaço físico para ele, com todos os conceitos de construção sustentável. Ele tem que ser o exemplo da sustentabilidade. Ele tem que ter teto verde, ele tem que ter placa voltaica, ele tem que ter eólica, o que tiver. O que couber. Ele tem que ter tudo. Para que o próprio prédio em si, seja já, a própria educação ambiental. Não dá para fazer centro de educação ambiental em um quatinho do lado, em uma salinha ao lado de uma coisa qualquer. Isso não tem cabimento. Eu vou brigar por isso, bastante. Eu penso que alguma coisa eu vou conseguir na iniciativa privada. Eu tenho certeza. Eu vou pedir patrocínio, eu vou pedir doação. Se não tiver recurso no orçamento. Mas eu vou brigar muito por isso. Acho que tem que ter arquitetura. Assim como acabei de ver um projeto ontem, lá do Parque do Jóquei, que ainda é um esboço. Mas é por aí. As



coisas têm que ter qualidade também, estética, tem que ter qualidade visual. Não é só instalar de qualquer jeito, em qualquer lugar. E vocês vão ter a oportunidade, em breve, de ver o projeto do Jóquei, que está com um conceito arquitetônico, estético muito interessante. O conceito de dentro e fora, que é para não perder essa coisa com o Parque. O diálogo com o Parque, enfim. Eu acho que é isso que nós vamos ter que avançar bastante, também, na administração pública. Que não é simplesmente estar fazendo projeto caixote. Nós temos que acabar com isso. E isso serve para tudo. Serve para habitação, serve para escola, enfim. A gente tem que ter um pouco mais de cuidado também, estético. E não está previsto esse recurso. Não foi previsto no passado, mas eu vou brigar bastante por isso. Nem que eu não consiga em todas as 32. Mas pelo menos, uma boa parte, eu vou lutar bastante para que a gente faça dessa forma.

Cons. Cecília: Ok. Eu gostaria de continuar meu raciocínio.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Temos outros Conselheiros inscritos.

Cons. Ivo: Claudete...

Cons. Cecília: Eu fui interrompida. Preciso continuar meu raciocínio, porque eu só havia começado. Então é o seguinte: eu fui Conselheira do FEMA de 2011 até 2013. E nunca, no FEMA, havia sido gasto dinheiro com manutenção e vigilância de parques. Então, muito me surpreende que em 2014, o grande investimento foi em manejo e vigilância. Então, muito me surpreende, se o senhor Secretário, nada pessoal, mas eu não vejo refletido ali, a preocupação com a educação ambiental. Porque essa verba de manejo e vigilância não tem nada a ver com educação ambiental. Eu queria também deixar registrado aqui, em ata, porque eu acho muito importante quando a gente fala no microfone, que eu ouvi o senhor Rubens Borges falar que se não fosse gasto em manejo e vigilância, ficaria aplicado o recurso. Não. Não ficaria aplicado. Por quê? Temos várias necessidades de aplicação desse recurso. Por exemplo, os parques que a gente está querendo, os DUPs que estão sendo vencidos, e outras aplicações. Só para dar uma comparação, o Parque da Fonte foi avaliado em 20 milhões. Que têm três nascentes, água pura, mineral, e lá, jorrando no bueiro, a gente vivendo essa situação, e não consegue caminhar. Estamos há 13 anos nessa luta. 20, 20 milhões. Então, como é que o FEMA, que nunca havia gasto em manejo e vigilância, gasta 230 milhões em manejo e vigilância? E outra coisa que eu queria falar: eu vi que em... pelo menos ali, que está a tela. Nos editais aonde aparece a educação ambiental, eu acho que está dentro daquele item editais, 3 milhões para os editais de educação ambiental é muito pouco, comparado. Vejam na Secretaria de Cultura, como têm investido na educação, de cultura. 3 milhões é muito pouco para esses editais. E só para finalizar, que eu acho que outras pessoas também vão querer falar, eu queria dizer assim, senhor Secretário. Que da nossa diversidade, eu entendo. É bonito, se a gente fizer um projeto que tem moinho de vento, e céu e teto, e a construção. Eu só quero citar que em 2011 a gente aprovou, pelo FEMA, um projeto que se chamou Peabiru, o Caminho Suave, que não tinha uma sede. Não teve moinho de vento. Não teve nada. E teve resultados fantásticos em termos de educação, de cultura, de pesquisa. Então, tão



bem... Não vou dizer que esses outros que o senhor sugere são bonitos, são interessantes. Mas muitas vezes, projetos que não são dentro... Porque por exemplo, na minha região, esse último edital, ficou restrito ao Parque da Providência. Eu, sinceramente, eu gostaria de ver projetos também fora de um local específico, como esse último edital.

Cons. Ivo: Claudete, só por uma questão de ordem, para melhor entendimento da pergunta da companheira Cecília, no qual eu quero agradecer na questão das demandas, que eu venho solicitado, me corrija, quando ele falou 0,6% é de receita do FEMA. Ou da Secretaria mesmo?

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Não, não. Orçamento da prefeitura...

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. 0,6% é o orçamento, em média, pelo histórico, da Secretaria, que é destinado do orçamento da prefeitura para a Secretaria do Verde. Então, a colocação foi que os recursos do FEMA, hoje, eles se equiparam, praticamente, ao que a Secretaria recebe de orçamento para desenvolver suas atividades do dia a dia. Hoje, ele é um reforço, digamos assim, também, da questão orçamentária.

Cons. Ivo: Desculpe. Eu entendi que seria recurso do FEMA. E aproveitando, Rubens, como sempre acontece nas primeiras reuniões do ano, nós temos muitas pessoas novas, não precisa ser para hoje. Igual você fez o ano passado, de onde vem o recurso do FEMA, onde pode ser usado, como o poder público está usando esse recurso. Que muita gente está dentro do poder público, e não sabe que o poder público pode usar, a qualquer momento, sendo feita a solicitação. Não precisaria ser para hoje. Mas que você preparasse uma apresentação. E obrigado, e desculpa...

Secretário Executivo Rubens Borges: Fica anotado.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Rubens vamos fazer o seguinte: para agilizar um pouco, vamos abrir então para todos os Conselheiros que quiserem fazer perguntas. Vamos ouvir todas as perguntas, e no final, o Rubens faz o esclarecimento. O Secretário pode também fazer o fechamento da discussão. Tudo bem? Quem são os outros Conselheiros? Por ordem.

Secretário Executivo Rubens Borges: Conselheira Célia Marcondes, depois o Conselheiro Ivo.

Cons. Célia: Bem, uma pergunta e uma sugestão. A primeira: isso está na internet, claramente, os recursos da Secretaria, quanto entra? E esses recursos desse fundo, de onde advêm, e qual o valor exato? Então isto é fundamental, pelo princípio da transparência. Então quanto é que entra a destinação disto, das contas já justas, corretas, e costumeiras, e os valores que entram do fundo. A origem disto, e o destino dele? Se ainda não estão exatamente no site da Secretaria, precisa estar, porque é uma questão de respeito ao princípio da transparência. E de interesse público. Obrigada.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheiro?



Cons. Ivo: Ivo, Associação de Moradores do Parque Savoy City. A minha pergunta é só retornando. Eu, como participante do Conselho do FEMA, eu queria saber em que pé está a... Nós, que estivemos o ano passado, aprovando uma questão de feira orgânica, a qual o Secretário se propôs que o jurídico fizesse uma avaliação, que eu acho que é uma questão de bom senso também, a pertinência ou não da aprovação pelo Conselho. Por quê? Porque seria questão de trabalho e empreendedorismo. Porque o FEMA não poderia estar investindo dinheiro para a pessoa ter um retorno financeiro em cima das ações. Aí, vem a minha angústia, porque a gente tem que olhar, temos que resolver essa questão de alguma maneira. Por quê? Porque a saúde... eu costumo dizer, eu faço parte da supervisão de saúde de Itaquera, do Conselho, e a gente costuma dizer que a saúde se baseia no meio ambiente. Primeiro o meio ambiente, para depois... a gente fala, sustentável é o meio ambiente, para que se tenha saúde. E quando se fala no orgânico, tem que ser disseminado porque hoje, a criança só falta nascer conversando. Só que não tem saúde. Cresce, é grande, é forte, mas é fragilizado por dentro, por causa do alimento químico. Então eu acho que nós temos que verificar, em que pé está isso, e como é que a gente pode agilizar essas ações.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ok. Conselheiro, por favor.

Cons. Ângelo: Ângelo, Fórum para Desenvolvimento da Zona Leste, Leste 3. Rubens sei que é uma questão de lei. Eu havia conversado com você fora da reunião, a respeito da minha entidade estar se inscrevendo para o FEMA 11. E eu não sei o que nós podemos fazer, se essa casa tem autoridade, se a lei... a questão de funcionário público, de qualquer... Porque é meio injusto. Eu vou falar no meu... Eu sou presidente de uma entidade. Sou um simples auxiliar de escritório do governo do estado de São Paulo. Nós temos trabalho de meio ambiente na cidade toda, tanto a SAL, como o Fórum para Desenvolvimento da Zona Leste, e quando surge uma oportunidade para a entidade estar tentando recurso público, por causa dessa lei que funcionário das três esferas eu acho que, na minha opinião, dependeria do cargo da pessoa que é funcionário público. Que tem funcionário público que não tem contato nenhum e por causa disso, sua entidade é prejudicada. Obrigado.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ok. A última inscrita é a Conselheira Cecília.

Cons. Cecília: Eu queria só acrescentar mais uma questão, que eu gostaria de ver respondida. Houve o seminário municipal esse ano, houve vários encontros municipais, e tal. E agora eu estou em dúvida se é uma demanda tão antiga, mas acho que foi de 2014 mesmo, mas se não foi, foi 2013. Foi a LIMPURB. LIMPURB? Limpeza urbana. E aí, entrou a EMURB... LIMPURB. E ele apresentou ao FEMA, uma proposta que eu considere assim, totalmente sem propósito, para 800 participantes, e almoço, café da manhã, janta, não sei o quê, não sei o quê. E eu solicitei que fosse feita a prestação de contas destes 400 mil reais. Porque se vocês forem ver nos editais, os editais para a sociedade civil é de ordem de 110, 115, 130 mil. E a sociedade civil, ela é cobrada em cada centavo. Ela devolve cada 700 reais ali. Eu sei, porque a minha prestação de contas, tivemos que devolver 700 reais, porque a moça não tinha nota, não sei o quê. Até



agora, a LIMPURB não apresentou e o DPP, viu Claudete, seu antecessor, coordenador, disse que cobrava a LIMPURB, mas a LIMPURB não apresentava. E não apresentou. E ficou sem apresentar. Quer dizer, como assim? E agora, no relatório que eu estou vendo, é necessário que ele apresente isso também. Eu quero saber como foi feito o gasto, como... Ele tem que apresentar. Ou então, a gente tem que saber quais as ferramentas que a gente tem para cobrar isso da LIMPURB.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Tem o esclarecimento do Secretário.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu gostaria só de esclarecimento, até porque tem gente nova aqui no fórum. É evidente que ao final, eu vou fazer uma consideração, que eu estou anotando aqui, tudo. Mas assim, vamos esclarecer uma coisa básica. Senão fica dando a impressão que o recurso de FEMA sai da cabeça do Secretário, de A ou B. Existe um Conselho. Que ainda tem uma coisa que é difícil da gente trabalhar. Mas é o que tem melhor neste mundo, que chama-se democracia. E o Conselho, às vezes, passam coisas que nem também é o que eu gostaria. Como passam coisas que algumas pessoas também não gostariam. Mas é um Conselho. Então vamos deixar isso bem claro, senão fica parecendo que: não, cadê o recurso que você levou para cá ou para lá? Não. Tem um Conselho para isso. Eu diria até que o CONFEMA, ele é um bom exemplo de exercitar orçamento participativo. É um bom exemplo. Que isso me lembra que lá nos idos de 89, exercitava muito bem. Eu até defendo que o orçamento também, da prefeitura como um todo, deveria ter também, alguma organização parecida com essa. Agora, a peça orçamentária da prefeitura de São Paulo, ela é pública. Ela é pública, inclusive no momento da sua elaboração. É só abrir o site da prefeitura. A peça orçamentária é pública. Um PL que vai para a Câmara. Pode ser aberto para todos, inclusive pode participar do processo de indicação, junto à Câmara. E que muitas vezes, também, não sai o orçamento que o Executivo gostaria. Que tem uma coisa chamada as emendas. Que são feitas pelo Legislativo. Então vamos colocar os pingos nos IS para não ficar uma confusão aqui, achando que nós temos autonomia para certas coisas. É bom que não tenha, inclusive, eu acho. O gestor é bom que cada vez menos, tenha autonomia sobre esse assunto. Eu acho que cada vez mais, tem que ser dessa forma aí: democrática, uma participação, seja do legislativo, da população, como um todo. É mais só para a gente equalizar aí, o discurso.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Nós estamos encerrando essa fase de perguntas. Vou dar um minuto para o Conselheiro Ivo.

Cons. Ivo: Ivo, Associação de Moradores. Eu queria falar para a Conselheira Cecília que eu participei da Conferência do Meio Ambiente, após sair o recurso do FEMA, na Executiva, junto com a Júlia e uma equipe da AMLURB. E nós, na finalização, nós acompanhamos a peça orçamentária do que foi gasto, aonde, como. Inclusive com o jurídico da AMLURB. O que foi feito. Nós fomos lá no Anhembi. Reunimos com o pessoal lá, para definição da despesa, e tem um documento que apresenta como, e como foi gasto. Eu acredito que a senhora coloca na sua fala, 800 pessoas. A senhora não imagina a loucura que foi, correr as 31



subprefeituras junto com o PDE, fazendo pré-conferências para finalizar com 2 mil pessoas, não foi, Júlia, que nós tivemos no Anhembi? E foram tirados os 800 delegados. Então, Júlia, conclua para mim, por favor. Obrigado.

Cons. Júlia: Eu não vou me alongar, mas acho que precisa de um esclarecimento. Apesar de que isso é referente ao orçamento de 2013 do FEMA, e não 2014. Primeiro, foi, sim, feita, a prestação de contas lá no FEMA. Quem foi lá, foi o Gilson Angelotti. Eu não tenho a data específica de quando isso ocorreu. Talvez a gente possa resgatar. Mas se houver necessidade de complementação, ou qualquer tipo de esclarecimento em relação à prestação de contas, estamos disponíveis para isso. Esse processo, no momento da prestação de contas, se deu por encerrado, porque ela foi feita, mas existem os processos administrativos internos também, de tramitação disso, e não foram encontros casuais. Teve uma grande razão de ser, que foi a Conferência Nacional de Meio Ambiente, cujo tema foi Implementando a Política Nacional de Resíduos Sólidos. E que nós aqui, no município de São Paulo, aproveitamos a oportunidade para fazer a reelaboração participativa do Plano de Gestão Integrada de Resíduos da cidade de São Paulo. Foram mais de 7 mil pessoas que participaram do processo. Então foi um processo belíssimo, muito rico, e que deu a origem a um dos planos de gestão de resíduos mais consistentes que nós temos hoje, no Brasil. Ele, inclusive, está disponível no site da Secretaria de Serviços, e no site da AMLURB. A LIMPURB, ela ainda existe. Mas a gente está na fase de transição. A AMLURB é Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Na sua íntegra, ele está lá disponível. Ele é resultado. Ele é fruto desse processo participativo que ocorreu em 2013, e que foi muito bem sucedido.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ok. Obrigada, Júlia. Rubens, esclarecimentos finais.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, só para responder, eu acho que as questões da dona Cecília foram respondidas agora, pela Júlia e pelo Secretário. A Célia Marcondes tinha colocado com relação à transparência. Só para a gente colocar aqui, que primeiro, que todas as reuniões do CONFEMA são abertas, assim como essa aqui do CADES. Então ela fica aberta à população de maneira geral, e às instituições interessadas. Segundo, que este relatório é publicado no Diário Oficial, e é colocado na página da Secretaria. E todas as atas em que ocorrem aprovações de valores, de recursos para projetos, as atas também são publicadas em Diário Oficial, e ficam disponíveis no site da Secretaria. Fora isso, a gente tem o portal da transparência, que tem lá, toda posição orçamentária, de execução orçamentária, e dos recursos ainda disponíveis, que é o portal da prefeitura de maneira geral. Mas, a Secretaria também faz esse processo. Com relação ao questionamento do senhor Ângelo. Senhor Ângelo, a limitação de um funcionário público ou um servidor participar da seleção de projetos, ou a sua entidade em que ele representa, participar da seleção do projeto, ela é uma legislação federal. E infelizmente, o município não tem ascensão para poder mudar isso de uma hora para outra. As propostas surgem, a sociedade civil, eu tenho certeza que está lá cutucando o poder público para alterar isso. Mas até que seja alterado, e isso tem que vir de



Brasília para cá, do Congresso, essa mudança da legislação, até lá, a gente tem que seguir a legislação. E essa legislação, ela não faz distinção do cargo que a pessoa ocupe. Então ele pode ser um auxiliar administrativo, ou ele pode ser, de repente, um secretário, de uma Secretaria Municipal, que a legislação não faz essa distinção. E aí, a gente tem que seguir essa legislação, sob pena de alguém impugnar o edital, por conta da gente não estar seguindo uma legislação federal. Então é por isso. Vontade de mudar não nos falta, porque a gente também tem a mesma opinião.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ok. Obrigado, Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ficou alguma coisa em aberto?

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: O Secretário vai fazer o fechamento da discussão, mas antes, o Adilson, da Guarda Civil está pedindo a palavra.

Cons. Adilson: Rubens, bom dia. Uma dúvida, você tinha falado desse orçamento de 172 milhões para vigilância.

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso.

Cons. Adilson: Uma conta que eu nunca entendi muito bem. Como o órgão de segurança é do município... Minha região de trabalho lá é Parelheiros. E a gente ronda os parques municipais lá. E os vigilantes que atuam nesse parque aí, eles são totalmente despreparados. Eu falo isso de uma maneira, porque eu rondo eles, eu conheço o corpo de vigilantes que é contratado pela prefeitura. Uma vigilante de um parque lá, ela foi contratada sexta-feira passada, sem qualquer treinamento, para atuar no parque. E quando acontece algo de depredação, vandalismo dentro do parque municipal, o corpo aciona a guarda civil. Porque são profissionais especializados, com quatro meses de curso. Se eles quiserem atuar como ambientais, eles têm que fazer mais duas semanas de especialização na questão da fauna, da flora. Então eu não sei por que a prefeitura gasta um recurso tão alto com um corpo de vigilantes despreparado, e não aumenta o efetivo da Guarda Civil Metropolitana com dois profissionais, por exemplo, fixos em cada parque, sem custo algum para o município. Porque nós já somos funcionários públicos municipais. Entendeu? É a minha pergunta. Obrigado.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Secretário.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Bom, eu não vou aqui, tecer consideração em relação às atribuições de guarda e vigilância, porque eu acho que você deveria, inclusive, saber das atribuições. Mas a sua observação é boa. Merece uma reunião, inclusive, com o seu Secretário. Porque a gente cansa de pedir que a guarda compareça quando precisa, e não comparece também. Então a coisa não é bem assim. Bom, em relação ao orçamento, é só um esclarecimento para todos. Que a peça orçamentária, ela é composta por receitas municipais, receitas estaduais, federais. Nós tivemos uma lacuna muito grande na cidade de



São Paulo, que foi em relação ao IPTU. Eu não vou entrar aqui, no mérito da discussão, se é certo ou errado. Mas em função da votação da Câmara não votar o aumento do IPTU, nós tivemos aí, um déficit muito grande orçamentário, na prefeitura de São Paulo. Tivemos outro déficit em relação à dívida para com o Governo Federal. Que o prefeito, ele procurou fazer isso diuturnamente. Ele dedicou boa parte do seu mandato nos dois primeiros anos, correndo atrás dessa questão da dívida, que a gente espera que seja regulamentada nas próximas semanas. A gente espera. Mas isso é uma decisão que não diz respeito só à presidente, também diz respeito ao Congresso, enfim. Então nós tivemos uma lacuna aí orçamentária, muito grande, em função das demandas da cidade de São Paulo. Isso aí foi colocado vastamente na imprensa. Só não foi colocado mais porque a imprensa também não publica nem tudo. Aliás, 99% é coisa ruim, e boa, quase que nada. É uma pecha que a gente tem mesmo. É uma mania que não é só da imprensa. É do brasileiro. Que é o complexo do vira-lata, mesmo. Assim, nós não temos o hábito de valorizar as coisas boas. A gente só tem o hábito de valorizar as coisas ruins. Isso aí é uma crítica geral. Eu também me incluo. Eu estou falando enquanto cidadão. Eu acho que um dia o Brasil precisa mudar um pouco, esse conceito, e essa forma de encarar o mundo também, para que a gente seja cada vez melhor. Porque senão, vai parecer que daqui a pouco nós estamos no inferno, que é viela abaixo. E não é bem assim. Têm coisas boas acontecendo nesse país. É que a gente não vê, e que não é divulgado. Em relação a... Respondendo a você em relação à feira orgânica, o que eu tenho a dizer é que o FEMA 10 é isso. Está em andamento. Nós vamos começar, de fato, a exercitar esta tarefa, que para mim, é de fundamental importância porque, pela primeira vez na história de discussão de PDE de São Paulo, dá-se tanta ênfase para a questão da área rural. Aliás, a maioria dos cidadãos paulistanos nem sabiam que tinha área rural. Assim, como pode viver na cidade de São Paulo, e ter área rural aqui? Isso é uma brincadeira. Não tem. Então a primeira vez é um Plano Diretor que ele pontua a área rural, ele diz onde está, e mais do que isso, é a questão do recurso do FEMA ir para essa área de implementar a agricultura orgânica na cidade de São Paulo, não é só a questão, simplesmente, do plantio, e o resultado disso. Mas também, essas pessoas, na verdade, estariam, ou vão prestar um relevante serviço ambiental. Que está previsto também, no Plano Diretor, que é o pagamento por serviços ambientais. Ora, existe coisa melhor do que... já pensou se nós tivéssemos um cinturão verde, ou uma cerca viva com produção agrícola, e ao mesmo tempo, fazendo o limite da APA com área de pressão urbana? Seria o ideal. Este projeto, eu terminei este projeto há uns 15 ou 20 dias atrás. A gente já delimitou essa área. É uma área enorme. Vai dar em torno de 32 ou 34 km, que eu pedi para colocar 500 metros para dentro do limite da APA, e 500 metros para fora. Então se nós temos aí 30 km, multiplicados por 1 km, é uma área muito grande para se fazer agricultura urbana, e que vai cumprir aí, duas funções. Chamar os agricultores que estão cadastrados. Que para minha surpresa, também, nós cadastramos 640 agricultores no perímetro urbano da cidade de São Paulo. Eu não imaginava que tivesse esse número. E depois dessa fase do FEMA10, nós vamos começar a fazer um trabalho fundiário nessa faixa, e identificar se tem área privada, área pública, enfim, depois desse trabalho fundiário,



ver como que vamos resolver essa questão de transferir essas terras para esses agricultores. Não transferir no papel. Mas que dê um uso para um fim específico, que é esse da agricultura urbana. Estamos em tratativas com o governo de Paris, em especial a prefeitura de Paris, governo da França, prefeitura de Paris, que tem uma expertise muito grande nessa área de agricultura urbana. Que em toda área periférica de Paris é assim, e com um clima muito mais adverso do que o nosso. Então a gente já fez essa primeira tratativa, e vamos andar com essa conversa, que vai acabar gerando um convênio para que de forma efetiva, os parisienses aí venham nos ajudar nessa área. Amanhã... Eu esqueci de dar essa informação. Amanhã eu estou viajando para Brasília exatamente para ir atrás de dois recursos: um é este para a agricultura urbana, e o outro é para implementação e implantação de reservatórios de cisternas para os nossos parques. Para captação de água de chuva. Captar água de chuva. Tem um projeto lá no Ministério de Desenvolvimento Social, e tem outra ponta também, que está no Ministério do Meio Ambiente. Eu vou aos dois, e vamos ver se a gente, com sucesso, traga recursos para cá, que é o que a gente está precisando isso, sobretudo agora, nesse momento. Acabou? Encerramos.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Nós encerramos esse ponto de pauta. Passamos para o próximo. Conselheiro Ivo

Cons. Ivo: Eu só quero destacar que falando pela minha amiga Júlia, a AMLURB, o Simão Pedro, da Secretaria de Serviços, está desenvolvendo um trabalho com a Úmido para compostagem. Então seria um excelente parceiro para essas ações. É apenas isso.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigada. Por um problema de tempo, encerramos esse ponto e passamos agora, para o terceiro ponto de pauta da ordem do dia, deliberação sobre as diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, FEMA, para o ano de 2015, pelo Secretário Executivo, Rubens Borges. Rubens, por favor.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então feita a prestação de contas, digamos assim, ou a apresentação do relatório de atividades do CONFEMA 2014, o próximo passo é que a legislação, a lei 14.887, ela estabelece que o CADES deve estabelecer no início do exercício, as diretrizes para aplicação do recurso do FEMA. Então aqui se estabelecem diretrizes gerais, e depois, o CONFEMA vai selecionar os projetos dentro dessas diretrizes, quais projetos serão aprovados e serão apoiados com recursos do FEMA. Então, a gente sempre traz uma relação que já foi discutida no CONFEMA, que é o Conselho do fundo. A gente traz essa relação de diretrizes para ser submetida a este Conselho. Esse Conselho poderá alterar esta proposta. Porque afinal, a deliberação é do CADES. Então ela pode acrescentar mais algum item, ou subtrair algum item que entender pertinente. Então eu vou ler todas as propostas de diretrizes, e abro para discussão do Conselho, se permanece ou se altera essa proposta. Então nos termos da lei 14.887, compete ao CADES estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em conformidade com a Política Municipal do Meio



Ambiente, obedecidas as diretrizes estaduais e federais. Então, dentre os temas propostos pelo CONFEMA, nós temos: proteção à biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes e parques urbanos, lineares e naturais, proteção aos recursos hídricos, melhoria da qualidade do ar, mudanças climáticas, ecoeconomia, expansão, manejo e conservação de áreas verdes, unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais, fortalecimento do sistema de fiscalização e controle da SVMA, educação ambiental, cultura de paz e mediação de conflitos socioambientais, apoio ao uso de energia renovável no sistema de transporte coletivo, edificações e demais sistemas urbanos, apoio ao uso de modalidades não-motorizadas de transporte, apoio à política de implantação de ecopontos de reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo, apoio aos estudos e intervenções de minimização de emissões de gases de efeito-estufa na cidade de São Paulo, apoio às políticas de incentivo a sistemas produtivos de menor impacto ambiental, apoio a políticas habitacionais necessárias à implantação de áreas verdes, e proteção a áreas de relevância ambiental, apoio ao uso de modalidade alternativa de transporte sustentável, apoio a políticas de incentivo e serviços ambientais, incluindo estudos, inventários, diagnósticos e projetos de adequação ambiental de propriedades urbanas e rurais, apoio à criação e implementação de reservas particulares e patrimônio natural, RPPNs, apoio à implementação de sistemas de informações para ampliar a divulgação dos resultados da rede de monitoramento de precipitações meteorológicas, incluindo inventários e diagnósticos necessários, apoio a estudos de projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao adensamento construtivo, impermeabilização do solo, e a consequente produção das ilhas de calor urbano no município de São Paulo. Apoio a ações de combate a enchentes, recuperação e revitalização de áreas degradadas, e/ou contaminadas, de competência da SVMA, e apoio aos meios alternativos de mobilidade urbana. Até o item de apoio a estudos e projetos, já tinha sido aprovado para as diretrizes de 2014, então elas se repetiram. O CONFEMA, na discussão dessas diretrizes, para que fosse apresentado aqui ao CADES, entendeu, foi proposto pela Secretaria, e eles entenderam pertinente a inclusão de apoio de ações de combate a enchentes, recuperação e revitalização de áreas degradadas e/ou contaminadas de competência da SVMA, e apoio aos meios alternativos de mobilidade urbana. Então esses seriam os três itens novos, que estariam sendo incluídos nessa proposta de diretrizes. Embora pareça extensa, um mundo muito amplo de diretrizes, já houve discussões anteriores nesse Conselho, e que se tirou, dessas discussões, é de que realmente as diretrizes devem ser amplas, para que haja uma flexibilidade de aplicação dos recursos do FEMA, porque se nós concentrarmos, por exemplo, em recursos hídricos, então os recursos do FEMA só poderiam ser aplicados em recursos hídricos durante todo o exercício de 2015. E aí, de repente, outra necessidade, ou um projeto novo, ou uma demanda nova, o FEMA não poderia implementar naquele ano. Ficaria só para o ano seguinte, dependendo das diretrizes. Então essas diretrizes estabelecidas pelo CADES, elas acabam sendo amplas, por conta de possibilitar uma maior flexibilidade da arrecadação da aplicação dos recursos do FEMA. Então fica aberto para discussão. O senhor Ângelo pede a palavra. Mais algum Conselheiro gostaria de falar?



Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheiro Ângelo, Conselheira Cecília... Mais alguém? Conselheiro Ângelo.

Cons. Ângelo: Ângelo, Leste 3. Rubens, nesse primeiro item, proteção à biodiversidade, entraria também a questão da agricultura urbana?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não necessariamente.

Cons. Ângelo: E entraria algum outro? Ou nesse ano a gente não...

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, não. É que é assim: eu vou encontrar aqui, onde é que ele vai ser. Porque são tantas, que a gente... Sistemas produtivos, de menor impacto ambiental. Então no caso da agricultura, ela entra nesse item.

Cons. Ângelo: É porque nós, lá na Subprefeitura de São Mateus, não sei se o Secretário tem conhecimento, nós temos um bom trabalho com a questão da agricultura urbana, com dezenas de agricultores prestando serviço, tanto em área pública, (incompreensível – 1:36'48). E áreas particulares. E equipamento não pode ser comprado também com dinheiro do FEMA, ou não? Só para o...

Secretário Executivo Rubens Borges: Depende de como é publicado o edital. Porque é assim: a sociedade civil, ela apresenta os projetos para a Secretaria, por meio de editais de chamamento. Se o edital de chamamento abrir a possibilidade da aquisição de equipamentos, aí pode.

Cons. Ângelo: E o poder público, no caso, a subprefeitura?

Secretário Executivo Rubens Borges: Bem. A subprefeitura deve apresentar um projeto para a Secretaria, e ela pode propor a aquisição de equipamentos. Mas esses equipamentos, são da subprefeitura. Ele não vai ficar com a instituição. Ele é um equipamento público. Dona Cecília.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheira Cecília.

Cons. Cecília: Cecília Pellegrini, do Morro do Querosene. Rubens, primeiro, eu queria sugerir que aqui, a palavra apoio. Apoio a quem? Por exemplo, apoio ao uso de modalidades não-motorizadas de transporte. Eu gostaria que fosse promoção. Que o FEMA tivesse ação ou promoção de modalidades não-motorizadas de transporte. Porque quando fica apoio, a gente imagina que a iniciativa vai ser do outro. E a gente vai apoiar. E a gente nunca se responsabiliza pela iniciativa. Então, o que rapidamente eu pude anotar aqui, que eu trocaria, eu retiraria a palavra apoio de várias dessas linhas aqui. Por exemplo, estudos e intervenções de minimização de gases de efeito-estufa na cidade de São Paulo. Que aparece a palavra apoio, estarão apoiando a quem? Não. Vamos fazer os estudos e intervenções. Tiraria a palavra apoio aqui também. E outra que eu vi aqui, políticas de incentivo, a primeira do verso da página. Está lá, apoio a políticas de incentivo a serviços ambientais, incluindo estudos, inventários, diagnósticos... Apoio a quem? Não. Ações. Políticas direto... a palavra políticas de incentivo e assim vai. Outro aqui. Apoio à criação e



implementação de reservas particulares de patrimônio natural. Novamente, apoio a quem? Pode ser fomento à criação e implementação. Eu acho que fica mais de acordo. A segunda questão que eu vou colocar, que na verdade é uma questão trazida pela minha colega Sônia Hamburger, que é o seguinte: qual a perspectiva de entrada de recursos do tipo do metrô, aquelas compensações ambientais, a compensação da Marginal, que o Conselheiro Ângelo também sempre fala desse assunto. Quer dizer, a gente não está trabalhando aqui, com as compensações. É necessário a gente também colocar e saber qual é a perspectiva desses recursos, nessa entrada e saída. Não sei como é que a gente vai trabalhar com isso. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então vamos por partes. Com relação à colocação da palavra apoio, em geral ela é colocada apoio, porque em alguns casos: a implementação ou ação necessária para um desses temas, ela não é de competência da Secretaria do Verde. Então por exemplo, quando a gente fala em apoio a alternativas de trânsito e transporte sustentável. Quem implementa o transporte sustentável no município, Secretaria de Transportes. Não é uma iniciativa da Secretaria do Verde. Outra coisa, o FEMA ou a Secretaria, ela não vai ter recursos suficientes para mudar a matriz energética do município, ou para mudar a matriz de transporte do município, ou para mudar a política habitacional do município, porque não é competência dela. Mas nós podemos apoiar essas ações. Então, quando a gente coloca apoio a ações de mobilidade urbana. Mobilidade urbana não é uma competência da Secretaria do Verde. Mas por ser uma questão ambiental, ter um viés ambiental, o FEMA, ele pode dar apoio. Não que ele vá assumir a responsabilidade. No caso das ciclovias, por exemplo, ou no caso dos ecopontos. A responsabilidade, no caso da implantação do ecoponto, da coleta, da reciclagem, é da AMLURB. Mas ele tem um viés ambiental que é fundamental para o município. Então o FEMA pode apoiar essas ações. Não significa que as outras Secretarias não vão aportar recursos para isso, também. Então a gente não pode chamar uma responsabilidade para o FEMA, ou para a Secretaria, que não seja nossa competência. Por isso que é o termo apoio.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Rubens, só um esclarecimento. Acho que você observou bem. Mas você falou uma parte. Acho que quando se trata de outra Secretaria, está corretíssimo. Mas o entendimento. Quando você fala que, por exemplo, por hipótese, apoio a política de incentivo a Serviços Ambientais, então, o entendimento nosso é que isso já é uma obrigação nossa. Não. Tudo o que está escrito aqui, que diz respeito ao meio ambiente, é uma obrigação da Secretaria do Verde. Agora, quando fala em apoio. Não, só para complementar o Rubens, quando a gente fala de apoio, é apoio a terceiro setor, é apoio... enfim, à sociedade e outras instituições. É nesse sentido que é o apoio. Ou para outras Secretarias, ou para um Terceiro Setor, a sociedade como um todo. Agora, tudo que está aqui é obrigação nossa. Ou fazendo em parceria com a Secretaria, ou com a própria Secretaria. Eu não vejo... Vai ficar uma discussão semântica, aí, que eu acho que não tem muito sentido.



Secretário Executivo Rubens Borges: Então, com relação ao termo apoio, ele é colocado exatamente por causa disso. Por essa competência. Com relação às compensações ambientais, no orçamento, se eu não me engano, é que a responsável pela área financeira não está aqui hoje, a Sandra, mas pelo que eu me lembro do orçamento, se eu não me engano, estava em torno de 40 milhões, alguma coisa assim. E a perspectiva de entrada de compensações ambientais ao longo de 2015. Então esses recursos da compensação ambiental, no Fundo... no FEMA, ele é tratado de forma distinta porque existe uma legislação específica para compensação ambiental. Então não posso, por exemplo, utilizar recursos de compensação ambiental para outra finalidade que não seja voltada à compensação ambiental. Então ele é tratado de forma diferente. Mas a perspectiva de arrecadação, se eu não me engano, estava em torno de 40 milhões, para 2015. Eu não sei como é que foi aprovado isso no orçamento, mas eu passo, na sexta-feira, na reunião, para a Sônia Hamburger, que na sexta-feira nós temos reunião do CONFEMA, e aí eu passo esse número com maior clareza para a Sônia, e ela leva lá para a sua entidade. Bom, mais alguma dúvida com relação às diretrizes? Eu acho que pode colocar em votação.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Como não temos mais nenhuma pessoa inscrita, colocamos em votação. Os Conselheiros que são favoráveis aos temas propostos permaneçam como estão. Estão aprovadas as diretrizes anuais para utilização dos recursos do FEMA para 2015. Obrigada. Passamos agora ao 4º ponto da ordem do dia. A apresentação do manual técnico de arborização urbana, pela engenheira agrônoma Priscilla Cerqueira, do DEPAVE 5.

Priscilla Cerqueira: Bom dia a todos. Em nome do grupo que elaborou o Manual, eu gostaria de agradecer o convite para vir aqui, e explicar um pouco para vocês como é que foi todo esse processo para a gente chegar nessa publicação. Bom, em 2012 foi constituído um Grupo de Trabalho com técnicos da Secretaria do Verde, e também da Coordenação das Subprefeituras. Inicialmente, a portaria nos deu 3 meses para trabalhar, mas o tema é muito amplo. Têm muitas divergências, até entre os técnicos. Então o trabalho acabou se estendendo por um ano e meio. Fizemos reuniões semanais. Quando já estava finalizada a parte principal, que é o capítulo de planejamento. Nós fizemos também, visitas em campo, para testar a aplicabilidade do instrumento que a gente criou. Fizemos também, consultas a diversos órgãos municipais, e também a algumas empresas, por conta da diversidade que nós temos de disputa no espaço público. Então a nossa questão maior, hoje, é ainda, com a concessionária de energia elétrica. E tentamos produzir um manual que fosse não apenas de linguagem técnica. Mas também acessível à população, uma vez que a gente tem, em vigência, na cidade, a campanha permanente de incentivo à arborização urbana. O munícipe pode retirar as mudas no viveiro, e ele é incentivado a efetuar o plantio, tanto na calçada quanto na área interna da residência dele. O manual anterior era de 2005. Importante ressaltar também que fizemos essa revisão até para fazer uma adequação com a legislação. Houve uma alteração de 2005 para cá com relação à acessibilidade nas calçadas, e a gente precisava adequar isso. Bom, aqui está o



sumário de todos os capítulos que a gente colocou no manual. E eu vou falar um pouquinho, até o item 5. Porque item 6, legislação e glossário e bibliografia é apenas um índice. Esse é o nosso contexto. É com isso que a gente trabalha e que a gente tentou discutir para chegar no manual. Como arborizar essa paisagem. Como é que a gente coloca verde nessa imagem que é praticamente cinza. E é claro que a gente gostaria muito que a cidade toda tivesse essa imagem. Que a cidade fosse considerada uma cidade verde. Só que o nosso desafio é como colocar verde nesse contexto. Por isso a discussão, como eu coloquei para vocês no começo, se alongou por um ano e meio. A cidade é muito complexa. O metro quadrado é muito disputado. Por pessoas, por carros, por equipamentos diversos que a gente, a cada dia, vai colocando no espaço público. Por necessidade. O que não quer dizer que a gente tenha que eliminar um ou outro. A gente precisa compatibilizar, e achar uma maneira, fazer uma engenharia de que isso tudo conviva. E por que a gente tem que arborizar? Têm vários motivos. Isso... a questão ambiental discute há muito tempo. Mas é bom a gente lembrar. Elevar a permeabilidade do solo, controlar a temperatura e a umidade do ar. Essa imagem também é clássica. O mapa que foi construído, demonstrando aí, a diferença de temperatura que tem na área que está mais urbanizada, para a periferia, onde a gente tem um pouco mais de vegetação. Interceptar a água da chuva, e proporcionar sombra, e funcionar como corredor ecológico. A ideia principal que a gente buscou, é dar uma oportunidade para que o viário seja mais arborizado, as praças, os parques, e também que as pessoas pensem aquelas que têm possibilidade, de arborizar as suas casas. E essas áreas verdes vão se interconectando, formando os corredores. A arborização também age como uma barreira contra os ventos, contra os ruídos e a luminosidade, diminui a poluição do ar, sequestra e armazena carbono, e tem também um efeito de bem-estar psicológico. O capítulo de planejamento da arborização urbana é praticamente, o que a gente chama de coração dessa publicação. Esse capítulo, a gente dá todos os parâmetros de como escolher uma espécie, e como plantar ela, no local que a gente tiver o espaço. E, é claro que cada espaço tem a sua característica e vai receber a quantidade ou o tipo de espécie diferente. O que compõe a arborização do município? Têm as áreas públicas, os parques, praças, áreas livres, algumas calçadas, o viário do canteiro central, e o viário do passeio público. Temos também as áreas privadas, internas, de imóveis. Os condomínios, as empresas, algumas residências, e áreas que eu chamei de diversas, são as escolas, hospitais e os cemitérios. O cemitério, a gente considera hoje, a segunda área que concentra vegetação, depois dos parques. Algumas imagens, o Parque Trianon, para a gente ver a importância que tem esses espaços para o contexto urbano da cidade. O que a gente chama de áreas livres, o canteiro central, a arborização do viário, que é a árvore que está na calçada, área interna e o cemitério. Além da questão da arborização, a gente observa aqui a importância da área com relação à drenagem, nesse bairro. Bom, baseado então, na composição da arborização que a gente falou agora, nós dividimos o capítulo do planejamento em três itens: arborização de passeios em vias públicas, arborização de áreas livres, públicas, e arborização de áreas internas. O maior desafio é a calçada, porque dentro de áreas livres, ou dentro de áreas internas, a gente pode ter uma diversidade maior de espécies. Na calçada, existe, além



daquela disputa que a gente já falou uma série de outros cuidados que a gente precisa ter. Não dá para colocar uma espécie que vai quebrar todo o calçamento. Ou outra espécie que tenha frutos grandes e vai causar um acidente, caindo na cabeça das pessoas. Para escolher a espécie também, e o local, a gente tem que pensar qual que é o objetivo. O que a gente pretende quando a gente vai plantar aquela árvore, e sempre fazer exercício de imaginar que aquela mudinha, daqui a alguns anos, vai crescer, e pode chegar a até 40 metros de altura. A gente tem que pensar também, na densidade de plantio. Quantas espécies, quantas mudas cabem naquele local. E o tipo. A gente vai fazer só um projeto simples. É um programa para abarcar a cidade toda. Hoje a gente já vai começar a pensar no Plano Diretor de arborização. Essa é a pergunta mais difícil que está entre os técnicos, e também, com a população. Qual que é a espécie mais adequada para arborização urbana, e especificamente para calçada? Pensando nessa pergunta, que é a dúvida principal de todos os técnicos, a gente tentou elaborar um instrumento que facilitasse a vida das pessoas, quando fosse plantar. E vou apresentar um instrumento para vocês. Ele se chama Chave Arborizar. Porque a ideia é que a gente avalie, de uma maneira bem rápida e no local que você vai plantar, todo o espaço disponível para a planta poder se desenvolver. Que espécie que a gente plantaria aqui, qual a quantidade, qual o espaçamento. É necessário plantar aqui? Canteiro central já bem arborizado. A diferença que dá na paisagem. As praças, que além da arborização, é um espaço de convivência, que a gente acha que precisa começar a explorar um pouco mais. E qual a espécie mais indicada? As nativas, a gente tem uma lei que, desde 2003, nos obriga a plantar as nativas da Mata Atlântica. Mas temos também na cidade, muitas ruas arborizadas com as espécies exóticas, que estão indo bem. Estão adaptadas, já. As espécies caducifólias, aquelas que caem folhas em determinado período do ano. Ou aquelas que mantêm sombra o ano todo, com as suas folhas, as perenifólias. Vamos escolher uma que seja atrativa de fauna? As frutíferas, grande porte, pequeno porte, ou os arbustos? Aqui a gente tem uma de grande porte, que é a paineira. Está ainda na fase jovem. Mas quero que vocês observem ali, a ponta que está um pouquinho torta, e lá na frente, a gente vai voltar a falar sobre isso. Também uma praça com espécie que tem uma copa mais colunar. E aqui, uma mangueira na calçada. O que acontece com essas frutíferas? A gente demanda um trabalho constante para a gente estar retirando esses frutos. O tempo todo, a equipe tem que estar passando lá. E também para a gente observar aqui no canteiro, e a gente vai voltar a falar daqui a pouco sobre isso. Aqui, a espécie que é caducifólia, quando ela está no período do inverno. E no período do verão. Vai mudando a paisagem. Então, para escolher espécie, a gente tem que considerar esses aspectos biológicos da árvore, e também o espaço onde ela está inserida. Uma copa um pouco mais redondinha, globosa, e a espécie de grande porte. Aqui, para a gente ter a noção de proporção. Aqui, uma pessoa, e a altura que ela chega. E o que se utiliza muito, também, é o grande porte, podado constantemente, miniaturizado. O que demanda muito recurso nosso. Será que a gente quer ter uma arborização assim na cidade? Que a espécie fique sendo podada o tempo todo? Porque a poda, de qualquer maneira, é um machucado. É um dano que a gente faz para a árvore. Ou o que a gente chama



de poda de adequação. Geneticamente, ela tem uma arquitetura de copa com as folhas todas caídas, que viriam até aqui, mas por conta de ser um local que tem um fluxo intenso de pessoas, a gente, toda hora, vai lá, e fica podando ela. Isso tem um custo de recursos de toda ordem, de mão-de-obra, de equipamentos, e financeiro, claro. Aqui o que os técnicos apelidaram de "arbustização", apesar de ter o espaço para a gente ter a árvore, as pessoas optam por plantar o arbusto, que não vai crescer, não vai ter copa, e não vai precisar de poda. Não vai dar trabalho nenhum. A Chave Arborizar é, como eu comentei com vocês, é um instrumento para facilitar. Então ela já considera as características do local, e os aspectos biológicos da espécie. Sem que o técnico precise ficar pesquisando... Ai, mas essa espécie é... ela tem a copa mais aberta, ela é colunar. Todo o raciocínio com relação à característica da espécie já está embutido nesse instrumento. Então, o que é esse espaço? Como é que a gente fez essa análise desses dois parâmetros? Com relação à largura da calçada, a gente considera o diâmetro do tronco. Ou seja, se eu tenho uma calçada mais larga, eu posso escolher uma espécie que na fase adulta, ela tenha um tronco bem maior, de modo que a gente não perca a faixa de acessibilidade que a lei nos obriga. A fiação elétrica está relacionada com o porte da árvore. Se eu tenho fiação elétrica, eu vou usar pequeno porte, ou grande porte. Porque o médio porte, ele vai ficar o tempo todo, a copa inserida junto aos fios. Recuo dos imóveis: é esse espaço que existe entre a divisa do lote e a construção da casa, ou do prédio. Então, se eu tenho o imóvel com recuo, eu tenho um pouco mais de espaço. Eu posso usar uma copa que seja mais aberta. E outros equipamentos que estão ali na calçada. Diversos. A gente tem poste, placa de sinalização, hidrante, boca de lobo, e uma lista enorme. Vocês vão ver aqui. E o último parâmetro que a gente inseriu é com relação ao viário. Se eu tenho aqui uma rua como essa, que é mais tranquila, e predomina a passagem de carro pequeno, significa que eu tenho mais espaço também, que a copa pode se desenvolver. Ao contrário do corredor de ônibus, que sempre vai podar a árvore. E aí, a gente conseguiu analisar todo o espaço disponível para a árvore se desenvolver. A largura da calçada, no manual anterior, era 1,5 metros para se arborizar. Nós alteramos para 1,9 metros atendendo à legislação. Porque uma lei diz que a faixa mínima de 70 centímetros, chamada de calçada verde, ou faixa de serviço, é aonde pode estar inserido vegetação, e todos os outros equipamentos: tubulação e tudo o que for precisar se instalar na calçada. E a lei de acessibilidade, que nos pede 1,2 metros livre, de passagem. Então, se a calçada tem menos de 1,9 metros, não está recomendada a arborização. Fizemos as visitas de campo, para testar esses parâmetros. Com relação à largura da calçada, para não acontecer exatamente isso. A calçada um pouco mais estreita, a espécie escolhida na fase adulta, atinge um diâmetro de tronco grande, e aí não tem espaço para as pessoas caminharem. Quando o espaço está disponível, a gente pode arborizar os dois lados da calçada. Essa mesma rua, lá na frente, o lado esquerdo tinha uma calçada muito estreita, então optou-se por trabalhar com arborização só do lado direito. Com relação à fiação, nós temos a fiação elétrica convencional, que são esses três fios em paralelo. E também a fiação compacta, que é uma modalidade nova, que eles estão utilizando que esses três fios ficam juntos, de modo que quando os galhos, se ventar



e os galhos encostarem, não dá o curto. Não fecha. E a nossa ideia foi trabalhar de modo que a gente não tenha mais esse tipo de poda que a Companhia de Energia Elétrica faz, constantemente. Essa poda em V, ou poda em U, como é chamada, causa um sobrepeso dos dois lados, e aumenta a chance da árvore cair. Ou algumas espécies que não suportam a poda. A gente corta aqui, e ela não tem aquela capacidade de rebrota. Fica desconfigurada. Com relação ao recuo de imóveis, aqui a gente vê um ipê. O imóvel não tem recuo. O ipê tem esse hábito de crescimento com a copa mais aberta. E a gente percebe que o tronco já está começando a se inclinar. Do outro lado, a gente percebe um pouco melhor, como a copa já está virada. E a mesma espécie em um local onde tem o recuo, e ela pode se desenvolver plenamente. Aqui uma copa globosa, também o imóvel tem recuo. Então ela pôde se desenvolver. No local aonde não tem recuo, foi a opção correta, de colocar uma espécie colunar. E aqui, a tabela que eu coloquei para vocês, dos diversos equipamentos que a gente pode ter na calçada, no entorno das árvores. Então, com relação ao porte da espécie, foi estabelecida uma distância mínima, para a gente minimizar o conflito com esses equipamentos. Então aqui, uma espécie que é de grande porte, em uma distância de aproximadamente 1 metro do poste. E essa daqui, ao lado do transformador. Precisaria de no mínimo, 5 metros. Aqui tem de tudo: placa de sinalização, poste, orelhão, imóvel sem recuo. Então a gente vai vendo na cidade quantos exemplos de espécies que foram plantadas em locais que não comportavam, não tinham espaço para ela se desenvolver, então constantemente a gente tem que fazer a poda. E isso vai aumentando o risco de queda, também. Com relação ao viário, os locais onde têm corredor de ônibus, aqui, uma calçada larga, o imóvel tem recuo, a gente poderia estar usando uma espécie de maior porte, com mais copa, para a árvore estar realmente se desenvolvendo, e dando para a gente os benefícios ambientais dela. A Chave Arborizar é esse instrumento. É uma folha que o técnico ou o munícipe pode fazer a leitura. Então começa pela largura da calçada. Dependendo da largura, a chave vai te levando para os números. E você analisa todo o entorno da onde você quer plantar. E no final chega a um número, que é o coloridinho. E essa tabela vai dizer, por exemplo, se ao final da chave a gente chegar no M8, significa que a pessoa pode escolher qualquer uma dessas espécies com X, que ela vai estar adequada para ser plantada ali. Com relação à arborização de áreas livres públicas, existe uma amplitude maior de espécies que se podem utilizar. Mas sempre tem que levar em conta a característica da área, como é que vai ser o uso desse espaço, e se têm equipamentos, e o viário. Para tentar minimizar também, esses conflitos. Então por exemplo, aqui na borda, próximo ao banco de estar, e próximo à avenida onde tem fiação, não daria para a gente utilizar uma espécie de grande porte que tenha característica de quedas de galhos. Aqui em parque, o mesmo raciocínio. A gente está dentro do parquinho, e uma árvore precisando de poda, aqui. Está com risco já, de queda. Nas áreas internas também. A gente tem essa maior diversidade. A gente pode escolher a espécie com mais liberdade. Observando o tipo de edificação e o uso, o tamanho da área, e qual é o porte que vai ser utilizado. Tem um capítulo que trata de plantio. E aí, ele descreve toda a parte técnica, mesmo. Qual é o tamanho da cova, o tamanho da muda que vai ser plantada, como que ela vai ser tutorada. Aqui, o



desenho já mostrando que não pode ter nada impedindo a passagem da água aqui, precisa estar liso, e a faixa de 1,2 metros de acessibilidade. Importante que tenha um espaço quando for colocada a muda, um espaço no entorno do torrão, para a raiz ter como se desenvolver. Isso é um dos motivos de perda de muda, quando a gente planta. Normalmente, as pessoas fazem um buraco muito estreito e encaixa a muda ali. A raiz não tem como se desenvolver. Aqui, o pessoal fazendo a cova, cuidado para não quebrar esse torrão. Novamente aquele esquema. E isso aqui, muito importante. A gente tem que manter esse espaço livre, para a água poder entrar. A quantidade de área impermeável que a gente tem na cidade, então a necessidade de água é muito grande para essas mudas novas. Mas a gente acha essas situações. Não é um poste. Precisa de espaçamento. E essas muretas, o pessoal dos condomínios gosta muito de proteger a árvore. Mas isso daqui causa uma umidade constante na região da base da árvore, que a gente chama de colo, e ela apodrece por aí. É um canteiro. Às vezes, as pessoas colocam flores e tudo, mas impede a entrada da água, e ainda causa essa umidade constante. A forma correta de se amarrar o tutor. Aqui a gente vê, é uma fita de borracha, que não vai estrangular o tronco. Que vai permitir flexibilidade, conforme ele vai crescendo. O tutor pode ser, dependendo do tamanho da muda, e do local, colocar um tutor ou dois. Aqui, foi colocado o protetor, mas não foi colocado o tutor. Então ela já inclinou. Essa aqui é a copa dela. E dependendo da fase da inclinação, depois a gente não consegue retornar. E ela fica, na fase adulta, assim, com essa inclinação, aumentando o risco de queda. E às vezes a gente... Muito embora o manual tenha essa recomendação em um padrão de como fazer, as pessoas fazem, os condomínios acabam fazendo diferente. Um protetor metálico, e uma espécie que hoje... até essa foto é de 2012, essa árvore já morreu. Mas ela está bem protegida lá, por esse protetor. E tem alguns outros modelos que a gente vê por aí. Só a título de curiosidade, a diversidade que têm. E encontrei esse modelo também, de protetor. Para garantir, está amarrado aqui. Ter certeza de que a árvore não vai fugir. Bom, o canteiro é importante, como a gente viu naquele desenho, manter esse espaço aqui, para que a água penetre e fique ali, empoçada. E outros modelos de canteiro também. As grelhas, utilizadas para proteger esse canteiro. Pode ser de metal, pode ser desse cimento perfurado, que tem um tipo agora, que é poroso, inclusive. E uma inovação desse manual com relação ao anterior, nós criamos esse capítulo chamado técnicas de manejo. O manual anterior, logo no início do trabalho, como a proposta era fazer uma revisão daquele material, nos debruçamos sobre ele, e descobrimos que ele tratava só do plantio. E o grupo chegou a um consenso de que o tema arborização, tem que ser considerado o ciclo vital da árvore. Desde o momento que a gente escolhe o local e a muda que vai ser plantada ali, até o dia que ela fica velhinha e precisa ser removida. Como todo ser vivo, ela vai morrer. Então a gente tentou, com o manual, trazer diretrizes de como cuidar da árvore durante a vida toda, dela. Então esse capítulo vai trazer para a gente, como que a gente deve avaliar essas árvores, desde quando ela é plantada, até quando ela já está adulta. Como é que a gente faz a irrigação, as podas. Se for necessário fazer o transplante, perceber que ela não está no local adequado, como é que a gente faz para readequar os canteiros. Conforme o tronco vai crescendo, a gente precisa ampliar o



canteiro, trocar essas grelhas. Fazer a remoção de vegetação parasita, que são a cuscuta e a erva de passarinho. E remover vegetação interferente, porque às vezes, a gente tem aquele canteiro grande, a árvore ali inserida. Mas vem uma sementinha com o vento, e começa a nascer uma outra árvore do lado. Precisa ser removida também. E a supressão dos exemplares adultos. Como é que a gente faz isso. Não precisaria chegar nessa situação. Demora alguns anos para ficar assim, e a gente vai deixando. Não pode. Bom, então o anterior tratava de plantio, e esse a gente considerou arborização mais com o olhar de gestão. E a gestão, a gente pegou as fases de desenvolvimento dela, e transformou nas etapas. Então quando ela está como muda, é o capítulo de plantio. Na fase jovem e na fase adulta, precisa de manutenção. E na senescência precisa se fazer a supressão dela. Essa aqui, por exemplo, desde a fase do plantio, já não foi feito o tutoramento e nem o canteiro. Substituição. O pessoal veio teve o trabalho de demarcar, repintar com cal, mas a muda já está morta. A gente precisa substituir. Coroamento que seria essa bacia, justamente para auxiliar na irrigação. E uma poda. Nessa fase jovem, superimportante. Quando a gente tem isso que nossos técnicos chamam de codominância, dois ramos que saem aqui e precisa escolher um principal. Porque no futuro, se transforma nisso. Os dois vão crescendo aqui, em diâmetro. Colam um no outro. E esse ponto aí, vai ficar um machucado. Começa a entrar a umidade, o ataque de fungo, e depois ataque de cupim. Então, é uma sequência de eventos, que leva ela, na fase adulta, a cair. Na fase de manutenção, quando ela já está jovem ou na fase adulta, retirar esse protetor. Porque ela cresceu, o protetor fica encostado, e vai fazendo um machucado ali, e gera todo esse processo que eu falei para vocês. O machucado é como a gente. É uma porta aberta para doenças. Aqui também, ampliar o canteiro, porque ela já está levantando o piso. O canteiro aqui foi ampliado, só que em uma fase que ela já estava durante muito tempo, ela ficou com a mureta em volta. Então a raiz não conseguiu se desenvolver na fase jovem, e ampliar sua área de atuação, para estabilizar a copa. Essa raiz poderia ter crescido até aqui, se houvesse espaço. Mas ficou presa, dentro daqueles canteirinhos lá. E o último recurso de manutenção, que é o que a gente mais utiliza hoje, é a poda. E inclusive, temos um manual de poda também, específico para tratar disso. Como é feita, a melhor técnica. E resumindo, quais são as novidades então, desse manual? Criamos o capítulo de técnicas para manejo. Uma lista com 105 espécies que nós dividimos em consagradas e potenciais. Consagrada é o que a gente já vem utilizando há mais de 50 anos. A gente sabe que ela está adaptada ao meio, pode ser utilizada. E as potenciais dentro das espécies nativas. Que a gente entende que elas podem começar a ser utilizadas aqui na cidade. Criamos também, uma lista de espécies indicadas para área interna. Embora tenha uma maior diversidade, e liberdade para as pessoas escolherem, é bom a gente já dar uma referência do que seria bom. A Chave Arborizar, e uma linguagem de fácil compreensão. E colocamos também um glossário para traduzir os termos técnicos. Aqui, toda equipe técnica. Somos 21 colegas que trabalhamos na elaboração do manual. As ilustrações do manual são do colega Gabriel, engenheiro agrônomo. As fotos dessa apresentação, minhas, do Gabriel e do



José Hamilton. Muito obrigado, em nome do grupo. Sim. O manual está disponível no site da prefeitura, no link da Secretaria do Verde.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigada, Priscilla. Nós temos ainda, alguns minutos e nós vamos abrir para debate. Depois vamos para o último ponto, que seria a pauta da próxima reunião. Mas antes, eu vou passar a palavra para o Secretário, que ele tem um informe para dar.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu vou falar primeiro só por um motivo, vou precisar me ausentar. Eu tinha uma agenda com o prefeito às 14h30, que ela foi antecipada. Então eu vou precisar sair. Mas, gostaria primeiro, de agradecer a presença de todos. Parabenizar por mais essa reunião, dizer que ela deva ser sempre assim mesmo. No calor da discussão que se brotam as respostas, as saídas. E é assim mesmo que deva ser. Quanto mais discussão, melhor. Que a gente chega a contento nas soluções. Mas é só para reflexão, como eu disse... Ah, e também, parabenizar mais uma vez você, viu, Priscilla, pelo grande trabalho que vocês fizeram na Secretaria. E da importância dele, sobretudo nesse momento. E com esse trabalho, eu queria dizer que acabou criando uma proposta do governo, que a Nádia Campeão vai fazer a coordenação. Que já está sendo criado um grupo intersecretarial com base nesse trabalho. Começar a discutir os motivos e um diagnóstico para a cidade de São Paulo, e um cadastramento agora, mais detalhado. Porque até agora, a gente fez um inventário. Importante frisar, mais uma vez, que nunca houve inventário arbóreo na cidade de São Paulo, por incrível que pareça. Então, se não tinha inventário, portanto não tinha também o diagnóstico. Então agora, com base nesse inventário, nós vamos, cada vez mais agora, enriquecer o inventário. Ou seja... Não é isso, Patrícia, se eu estou enganado? Qualificar o inventário, detalhar, verificar o ano das árvores, os problemas, enfim. Então foi uma importante ferramenta que será, também, para essa questão que estamos vivendo hoje na cidade de São Paulo. Importante que se diga também que pela estatística nossa, caem na cidade de São Paulo, durante o ano, 2 mil árvores. Assim, pouca gente tem essa informação, viu Júlio. Mas a informação é essa. Caem 2 mil árvores na cidade de São Paulo. É que caiu quase esse número em um curto espaço de tempo, por razões que a gente já conhece. Outra coisa que eu gostaria de frisar é em relação à cidade que a gente quer. Acho que a Priscilla, ela ilustrou muito bem aí na sua apresentação, a cidade que a gente conhece o dia a dia da cidade de São Paulo. E aí, as pessoas cometem um erro. A cidade de São Paulo não foi planejada. É esse que é o problema. Foi planejada sim. A cidade de São Paulo teve um ótimo planejamento. Só que um planejamento na ótica do capital. É por isso que a cidade que a gente vê hoje é essa, que não tem espaço para o pedestre, se não tem para o pedestre também não tem para a árvore. É que foi feito dessa forma. Então vamos também, tomar um pouco de cuidado com isso. A cidade de São Paulo foi muito bem planejada, sim. Só que na ótica dos interesses até agora, que não são os interesses do cidadão. Fosse assim, teria se dado importância para o passeio, teria se dado importância e cobrar das concessionárias um plano de metas para que resolva esses problemas. No mínimo, nos principais corredores. Para não ficar fazendo



aterramento só para inglês ver. Rebouças, Faria Lima... e aí depois, eu fico contando dedo. Tem dedo ainda, e não tem mais avenida. Então eu acho que é um bom momento, não só para este fórum aqui. Para a gente começar a refletir a cidade que a gente quer, e como cobrar do poder público as ações que devam ser cobradas. E identificar os atores. Porque tem algum ator que ele fica meio camuflado. E aí, tudo é parecido com aquela música do Chico, da "Geni". Assim, acostuma-se a escolher uma Geni, e fica ali. Não. Têm vários atores. É um teatro que a gente vive. Nós vivemos um grande teatro. Identificar os atores, não com a cobrança, no sentido de satanizar as pessoas. Não é nada disso. No sentido mesmo, da cobrança cidadã. Pela cidade. Eu falei lá na Praça do Evento do Plano de Arborização, na Praça Trianon, e eu fiz ali, um grande apelo naquele dia ali. Até porque tinha bastante imprensa. Que não é porque nós estamos vivendo um momento hoje, de crise hídrica, que é uma crise seríssima, nós não temos que aqui, estar satanizando ninguém. A gente tem que acumular forças. Juntar forças. É um problema... Se teve um problema de planejamento, isso é outra história. Agora, não dá nem para discutir isso. Isso não vai resolver o problema agora. O que vai resolver o problema agora é a ação de cada um, ator, e de cada cidadão. É isso que vai resolver. Fora isso, nós vamos morrer na praia. Literalmente. Morrer na praia, sem água. Eu acho que é um bom momento para a gente refletir várias coisas na cidade de São Paulo. O problema da água... Eu, quando falei aqui neste fórum que eu não tinha vergonha nenhuma de falar, eu não sei se vocês lembram disso, eu já coloquei isso faz tempo, aqui, neste fórum. Que eu voei sobre a Cantareira. Não estava ainda, tão crítico assim. E eu disse que eu não teria vergonha nenhuma de dizer que eu chorei, literalmente, ao sobrevoar a Cantareira. Até porque eu trabalhei ali durante dois anos, fazendo o Plano Diretor de Resíduos naquela região. E eu convivi com aquele cenário ali, 2 anos, direto. E eu sei muito bem o que está acontecendo lá. E para quem vive lá, então, deve ser muito pior. Para quem mora ali... E na verdade, aquilo faz uma confusão, tem hora. Dá a impressão que você está no mar. Pelo tamanho, pela extensão. Têm várias represas ali, que você não vê o final. Então imagina você voar uma área e ver... É muito triste de ver. É melhor que as pessoas não vejam. Eu vi, e não aconselho a ninguém ver. Contudo, nós temos que encarar de frente, o poder público municipal, o cidadão, sociedade. Eu acho que a sociedade também, ainda não caiu a ficha. Eu acho isso. Eu tenho a impressão. E a imprensa também colabora muito com isso. Ou ela sataniza, ou então, aí acha uma Geni, a Geni, a Geni, a Geni, e todo mundo fica na Geni ou no São Pedro. Porque o coitado do São Pedro também virou Geni, agora. Há pouco, eu acho que foi a Revista Época, foi o único veículo que falou, exatamente, do jeito que eu coloquei na entrevista. Que eu, naquela oportunidade, eu disse que é um erro, é uma desinformação para a população. Vocês estão passando, dando a falsa impressão que quem leva água para reservatório é a chuva. Não é verdade. Quem leva água para reservatório são as nascentes, são os rios e os riachos. E vocês, até hoje, não fizeram nenhuma matéria como que estão essas nascentes. Isso é muito simples para quem tem piscina em casa, gente. Se você tem uma piscina na sua casa, e não injeta água da rua, se você tiver um tempo muito grande sem chuva, ela vai secar. E depois que ela secar também, é o contrário. Ela não consegue encher



mais. Na verdade, a chuva, ela é um regulador. E isso, as pessoas não estão dizendo. Porque daqui a pouco, é o São Pedro também, é o grande culpado. E não é isso. Mas neste momento, não é o momento de achar culpados. É momento de a gente dar as mãos, um para o outro, e resolver isso de frente. Prestar mais atenção na economia de água dentro da residência, na conversa com o vizinho. Aquele vizinho que está ali, lavando o carro do lado, não custa, sem briga, pelo amor de Deus, fazer uma observação. Olha, você sabe o que está acontecendo? Está acontecendo isso, isso... Já estão sinalizando. A gente já tinha essa informação antes de ir para a imprensa. Que foi colocado ontem pelo próprio Sato. De 5 dias sem água e 2 com, na semana. Então não é uma brincadeira que a gente está vivendo. E mais do que isso, a população de São Paulo não está habituada com esse assunto. Tem esse outro problema agravante também. Lá no nordeste, isso já ocorre ao longo dos anos, só que a população já tinha esse hábito. Ela já tinha, vamos dizer, uma expertise conviver com isso. Que é um paradoxo, o que eu estou falando, claro. Mas ela já tinha, no seu dia-a-dia, como tratar isso. Como enfrentar isso. Tanto é que enfrentou até hoje. A duras penas, evidentemente. Mas enfrentou. Então, aqui em São Paulo, nós temos esse problema. E eu costumo dizer também que nós não vamos morrer de sede do dia para a noite. O problema não é esse. O ser humano é muito criativo. Eu tive um professor de projeto, um alemão, que ele dizia: que a maior criatividade é sinônimo de um dobermann enlouquecido correndo atrás de você. Você vai ser de uma criatividade que você não imagina. Então eu acho que aqui, na cidade de São Paulo, a gente tem que calçar nesse dia a dia, conversar com as pessoas e fazer economia. O problema maior não está na sede. Nós não vamos morrer de sede. Para mim, eu não sou nenhum especialista em hidrologia. Sou um arquiteto urbanista. Mas já convivi muito com projetos de saneamento, projetos de Plano Diretor em vários municípios. O problema para mim, maior, será uma coisa chamada problema sanitário. Se você tem um rio ou um riacho, que você tem 50% de água, e 50% de fezes, a hora que não tiver água, como é que faz? É simples. Não precisa ser especialista. Não é só odor, gente. É problema de epidemia. Então não é para alarmar. Isso não é alarmismo nenhum. Mas eu acho que a imprensa deveria fazer uma espécie de um caderno para orientar as pessoas. Não alarmar, e muito menos satanizar as pessoas. Até porque, o problema não está mais no limite do estado de São Paulo. Já ultrapassou a fronteira de estado. Está em Minas, está no Rio. Então vamos também prestar atenção, e também é um bom momento de reflexão do que a gente fez para esse planeta. E o que a gente pretende com o planeta, também. Porque ainda tem cientista que acha que o problema não está aí. Quando eu vejo um cientista dizendo que o problema não está por aí, que a mudança climática não é muito por causa do homem, eu tenho uma vontade de pegar essa pessoa, que eu faço isso diuturnamente. Eu sou uma pessoa privilegiada. Eu moro em um local que tem muita área verde. E eu faço isso diuturnamente. A diferença de temperatura de 3 a 4 graus. A minha casa para o meu serviço que é aqui no centro da cidade de São Paulo. 3 a 4 graus. Por que será? Então não tem... Qual que é o motivo disso? Não tem? Então... Eu acho que nós vamos ter que também, travar essa discussão acadêmica e científica. Porque não dá mais para admitir esse tipo de coisa. Evidente que



têm as mudanças estruturantes do sol é claro que tem também. Todo o mundo acadêmico fala isso o tempo todo. O verde, ele captura carbono. Não é só a questão estética. Têm uma série de outros fatores. Que está provado. Aí me vem com essa conversa de desmatamento. Não tem nada que ver com o que a gente está fazendo, com as coisas que estão acontecendo agora? Evidentemente que tem. Mas desculpa, gente. Mas é um desabafo. Mas também é um momento que eu tenho aqui para que eu compartilhe essas reflexões com vocês. Que a gente difunda cada vez mais esse tipo de ideia, de você conversar sempre, dialogar, expandir o que você pensa sem briga, sem conflito. Mas com muita parcimônia. Então, muito obrigado a todos. E obrigado, Priscilla, pelo seu trabalho, mais uma vez.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ulisses é o Conselheiro Suplente do Conselheiro Ivo, o qual passo a palavra.

Cons. Ulisses: Bom dia a todas e todos. Primeiro, eu sou técnico agrícola. Trabalhei 5 anos para o município, enquanto técnico de equipe de arborização. Eu comecei seis meses com plantio, e depois eu trabalhei outros cinco anos com arborização, com manutenção. Poda, corte, transplante, plantio, e assim vai. Nesse meu tempo, eu tive o prazer de trabalhar e conviver um pouco com o meu amigo José Augusto, e me sinto honrado pela homenagem que foi feita no guia a ele, homenagem póstuma. Vamos lá. Primeira questão do ponto de vista da Chave. Gostei bastante. É uma ferramenta muito interessante. Só que assim, em cinco anos, eu nunca fui chamado para esse tipo de conversa. Onde eu quero chegar? É uma Chave muito bacana. Repito, é uma ferramenta muito importante. Mas se ela não chegar aos engenheiros todos das subs, que é que libera a OS, se não chegar para o engenheiro agrônomo ou biólogo da empresa, e se não chegar ao técnico que é quem executa que está com a equipe, desculpem, vai ser um trabalho, vai ser muito tempo que vocês tiveram para nada. Porque é o técnico... Fui eu, cinco anos, que decidi o que a equipe ia plantar nos viários da cidade de São Paulo. De Parelheiros a M'Boi Mirim. Depois o Miguel, e assim vai. Então é uma ferramenta muito importante, mas acredito que ela precisa ser difundida com todos os engenheiros das subs, com os engenheiros ou biólogos das empresas, depois com os técnicos, que é quem executam. Quando falamos de arborização, temos uma questão que é a compensação ambiental. Eu discuti muito em São Mateus, quando passou o prolongamento da Avenida Jacu Pêssego, que uma parte da compensação da Dersa deveria ser para arborização do traçado, das ruas que sobraram na sub de São Mateus. E infelizmente não foi. E outro problema é: quando é compensação ambiental com plantio, o problema é a empresa só planta. Ela não fiscaliza. Se vocês forem a São Mateus, 50% ou mais morreram. Foram irrigadas agora porque choveu. Isso é lamentável. Porque a compensação incluía plantio, plantio, plantio, e plantio. Manutenção não. Infelizmente, não. Então é uma questão bem interessante. Podemos começar a pensar nisso. A Priscilla mostrou uma rua, perguntou como arborizar. Acredito que a solução é óbvia. Se não pode plantar, faz a calçada. Que você quebra ali, simplesmente, uma parte da calçada. Faz a calçada verde, com grama. Perfeito. Agora, na Avenida Liberdade, tem uma casa chique ali, que têm



alguns eventos. É interessante porque ali tem uma calçada verde. Na porta dessa casa de show que eu esqueci, tiraram a grama, e colocaram tapetes sintéticos. E aí, eu passo lá e me pergunto: caracas quem teve esta ideia? Simplesmente continuou verde, concordo. Mas a função não era essa. Precisamos pegar a Lei 10.365, e rever essa lei. A engenheira Cira, da Sub Lapa, teve problemas grandiosos, quando ela foi para lá, porque os moradores acreditavam que as tipuanas centenárias iriam continuar lá "ad eternum". Como se fosse uma rocha, que fica lá, e fica. Mesmo a rocha, o vento vai desgastando. E lá, a engenheira Cira teve problemas enormes. Por quê? Porque ela precisava cortar. Ela cortou algumas. As que eram preciso, ela demandou corte. Mas com um embate muito grande com a população. Porque nós temos esta visão equivocada de que a árvore é ad eternum. Quando não é. E agora, que bom que eu ouço aqui de que tem que ser sim, feito o manejo. Olha, se a árvore vai durar 20 anos, ao 15º ano, eu começo a plantar, planto uma árvore intercalada, quando chegar no 20º ano, eu corto, aquela árvore que eu plantei há 5 anos atrás já está com um porte razoável. Isso não é reinventar a roda. Em vários países do mundo já é feito assim. E em São Paulo eu espero de coração, que comece. As concessionárias de energia, no nosso caso a AES e as suas empresas são um caso à parte. As podas que eles inventaram, poda U, poda O, poda T, que não são poda. Simplesmente fazem com a árvore o que eles querem, para limpar a fiação. Acredito que o município deve ser mais rigoroso com essas empresas. Porque não tem cabimento o município ser tão cauteloso, e as empresas que trabalham para a AES serem tão desleixadas. Não tem mais cabimento.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ulisses desculpa, mas pediria para você ir encerrando, porque não sei se têm outras pessoas para falar. Obrigada.

Cons. Ulisses: Bom, era só isso mesmo. Obrigado.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheiro Ângelo.

Cons. Ângelo: Ângelo, Leste 3. O que o Ulisses falou, ele falou muitas coisas que são questões do poder público, a cartilha, eu tive o prazer de lá no Centro Cultural, essa apresentação, não sei quem fez também, foi mais didática. Está mais complementando outras informações. Mas a questão é a seguinte: principalmente São Paulo tem a febre "temos de tratar uma árvore". E todo mundo se acha no direito de plantar uma árvore. Sem regra nenhuma. Agora, como fazer chegar esse manual a cada munícipe? Qual o instrumento que nós vamos usar? Talvez a escola, a televisão, que são os dois canais. Hoje, nós temos a lei que você não pode podar uma árvore. Você precisa de uma licença para poder podar uma árvore. Eu acho que nesse município também deveria haver uma autorização para que a pessoa pudesse plantar. Para não correr o risco de ela plantar e amanhã vem recorrer à subprefeitura, ao Verde, que a escolha não foi certa, está atrapalhando o vizinho, está atrapalhando fiação. Eu acho que deveria haver mais controle sobre o plantio. Porque hoje, vai ao Parque do Carmo, ele fornece até 10 espécies para cada munícipe, só apresentando o RG. Eu acho que haveria de ter mais controle a respeito disso. E outra coisa, a gente ficou



muito contente pela homenagem que vocês fizeram para o nosso colega José Carlos, o qual nós tivemos o prazer de trabalhar com ele, lá no Parque do Carmo. Obrigado.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigado, Conselheiro Ângelo. Priscilla quer dar mais algum esclarecimento?

Cons. Ângelo: Uma coisinha. Lá distribuíram o manual para todo mundo que estava presente. E nós, Conselheiros?

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Na próxima reunião.

Priscilla Cerqueira: Obrigado pelos comentários. O Ulisses tem toda razão na fala dele. E a nossa ideia, realmente, é expandir para que esse manual sirva de referência, efetivamente, para todos os plantios novos. No evento de lançamento, o Secretário teve a preocupação de distribuir o manual para as subprefeituras, inicialmente, depois para o público que estava ali presente. E a gente tem essa noção de que quem está executando o plantio na cidade são os terceiros. Através de TCA, de TAC, e uma boa parte pelo DGD também. Então a gente teve essa preocupação. Com relação às podas, e já linkando com a fala do Ulisses, senhor Ângelo, o grupo técnico, todo o corpo técnico da prefeitura há muito reivindica que a gente precisa fazer a revisão da lei 10.365. É uma lei de 1987, que, para aquele momento que a cidade vivia, estava válida. Quase 30 anos depois, hoje, a gente já tem uma configuração completamente diferente. Então é realmente urgente que se faça essa revisão. Nós partilhamos dessa opinião também.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigada. O manual vai ser distribuído na próxima reunião. Mas de qualquer forma, ele é disponível no site.

Priscilla Cerqueira: No site da prefeitura, no link da Secretaria. Já têm lá, publicações. Dá para baixar, em PDF.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Nós estamos encerrando esse tema. A última pessoa. Por favor.

Cons. José Carlos Andersen: José Carlos Andersen, Secretaria Municipal de Transportes. Eu tenho um monte de coisa para falar, mas devido o adiantado da hora, não dá. Esse assunto foi muito oportuno ter sido escolhido nessa hora como disse bem o Secretário e tal. Eu só teria a acrescentar, parabenizar a Priscilla e a equipe que fez esse manual. Eu consulto constantemente. Eu sou arquiteto e paisagista, e jardineiro também. Então eu sou um divulgador disso, e dissemino as árvores no meu bairro, e faço a divulgação o máximo possível. Então sou profundamente envolvido e interessado nesse assunto. Esse manual, com relação aos anteriores, foi uma evolução interessante. Essa questão de manejo, de manutenção. Mas ainda a prefeitura está carecendo de dar um passo à frente nessa questão. Quer dizer, enquanto a gestão não for aperfeiçoada, a prefeitura jamais terá condição, com recursos próprios, de dar



conta dessa demanda. O Secretário mesmo disse 650 mil árvores nas ruas. Mais não sei quantos milhões em parques. É humanamente impossível. Então a gente tem que pensar, tem que evoluir, e tem que pensar relativamente, realisticamente, como se faria para dar atenção a isso. Eu acho que a opinião pública está mais do que sensibilizada por conta dessas coisas. Mas tem que se pensar o mais eficientemente nessa questão. Uma das possibilidades seria disseminar, terceirizar e dar mais abertura para essa questão da possibilidade de manejo e tal.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Obrigada. Chegamos então, ao último ponto da ordem do dia. Sugestões para a pauta da próxima reunião, e assuntos gerais. Então eu pediria aos Conselheiros que fizessem a proposta só da pauta. Nós não temos tempo para fazer a discussão hoje. Conselheiro Ângelo.

Cons. Ângelo: Bom, como eu havia dito, nós fomos assistir a apresentação lá no Centro Cultural, do lançamento do manual e eu fui junto com o engenheiro agrônomo da subprefeitura, e já fizemos reunião a respeito. Inclusive, ele me mandou fazer uma proposta. Ele gostaria de usar essa casa aqui para trazer ideias, sugestões de mudança da lei, a respeito do que hoje, a subprefeitura pode fazer. Segundo o engenheiro, tem casos que eles ficam de mãos atadas. Eles precisam fazer o serviço, mas a legislação não permite. Então seria acho que uma complementação do que a Priscilla falou, e do que o... Há necessidade de mudar a lei, que a lei já está ultrapassada pela realidade hoje, da cidade. Então ele pediu a pauta para estar explanando. E aí depois, a gente formaria a Comissão. Chamaria os interessados das subprefeituras e da Secretaria do Verde. A segunda demanda, que todo começo do ano tenho falado. A questão de quando vai ser reinaugurado o Planetário do Carmo. Eu sou Conselheiro da APA do Carmo. Nós somos muito cobrados. Todo começo do ano fala que já está para ser reinaugurado, e eu acho que já fazem uns 4, 5 anos ou mais, que o Planetário do Carmo está fechado. Então seria a segunda demanda. E por hoje, já falei demais. Obrigado e uma boa tarde a todos.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Conselheiro Ivo, Conselheira Célia.

Cons. Ivo: Mais um informe: nós tivemos dia 29 de outubro, foi mandado o convite para o Secretário que estava viajando, um encontro com os 12 Subprefeitos da Leste. Quem não foi, mandou representante, pela agenda 21, Macro-Leste, no SESC Itaquera. A pauta foi a questão de resíduos. Particularmente, RCC, Resíduos de Construção Civil. E foi muito gratificante. E é pena que o Secretário não pôde participar. Foi o professor José Carlos como representante da Secretaria. E eu acho que a gente tem que continuar essa discussão mais permanentemente. Faz parte da educação ambiental.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Ok. Obrigada. Conselheira Olga.

Cons. Olga: Claudete, sobre uma proposta para a pauta da próxima reunião. Será em fevereiro, não é? Eu gostaria que a gente tivesse, nessa pauta, a possibilidade de discutir... Eu já queria ter adiantado mais hoje.



Não foi possível. De discutir a elaboração de um programa capitaneado, claro, por nós, pela Secretaria do Verde, para pensar na obtenção de recursos. Resumindo, eu acho que o José Carlos já falou isso também. Porque é o seguinte: eu acho que a gente tem que estender esse tipo de ação à iniciativa privada, que é uma coisa que eu sempre achei interessante. Mas no momento, seria para cobrir essa questão do manejo, que foi tão bem lembrado na cartilha. Porque a população de São Paulo, eu estou vivendo isso muito de perto, eles estão muito ansiosos com a questão da queda das árvores. Então está todo mundo com medo que a árvore caia na cabeça, caia em cima do carro, ou caia na casa. Eu acho que a gente tem que tomar muito cuidado nesse momento, porque eles querem: é, vamos chamar a prefeitura para pressionar para corte da árvore logo, entendeu? Nós temos recursos, é para aumentar a capacidade das subprefeituras de fazer isso, enfim, do corpo técnico, para dar assistência às nossas árvores idosas.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Certo. Obrigada. Ok. Então, último ponto agora, é a Conselheira Célia.

Cons. Célia: Em um minuto eu falo. Acho que o mais importante a ser debatido é a questão da gestão da arborização urbana, pública e privada. Temos que falar da compensação ambiental e do crime ambiental que vem acontecendo em São Paulo, de supressão de milhares de árvores. Pensar que a cada árvore que a prefeitura tira... Eles disseram que na Lapa a funcionária teve uma série de problemas, é o medo da perda do pouco que temos. Então a sugestão já foi no governo anterior, e eles fizeram durante algum tempo. O mesmo caminhão que vai retirar uma muda, uma árvore, leva uma muda. Porque o problema é o medo das pessoas, de perder o pouco do verde que sobrou. Então é importante isso, uma gestão urbana, gestão da arborização urbana, e privada. Isso é pauta imprescindível agora. De urgência.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Já entra na pauta da próxima reunião até como continuidade da discussão de hoje. Olha, a última coisa que como a Conselheira Célia levantou essa preocupação do Fundo da Criação de Parques, o Rubens tem um último informe, e terminamos.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, Célia, o Plano Diretor Estratégico prevê alguns instrumentos de política ambiental. E assim como a Política Municipal da Mata Atlântica, como o pagamento por serviços ambientais, o Fundo de Parques também é um dos instrumentos previstos no PDE. E a Secretaria já tem um grupo que está trabalhando na implementação desse fundo. Então a ideia é muito bem-vinda, claro. E a gente está trabalhando junto com o FEMA, a equipe do FEMA, e as equipes técnicas da Secretaria para implantação desse fundo, está bom?

Cons. Célia: Só um lembrete. Pedi, na última reunião, sobre plano diretor. Que todo dinheiro da venda de potencial construtivo, da outorga onerosa vá para parques. Porque são bilhões e bilhões que a prefeitura arrecada, e você nem sabe para onde vai esse dinheiro.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Isso está sendo discutido.



Cons. Célia: Nós queremos que isso vá para parque. Parque onde o impacto aconteceu, na região. Obrigada.

Coordenadora Geral Claudete V. de Carvalho: Então eu dou por encerrada a reunião de hoje. Eu queria agradecer a Priscilla, agradecer ao Rubens. E espero vocês na próxima. Obrigada.

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ADILSON ALVES DIAS	JOSÉ CARLOS ANDERSEN
ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI	JULIA MORENO LARA
ANA CRISTINA VALCARCEL VELLARDI	JULIO CEZAR DOS REIS
ANGELO IERVOLINO	MARCELLA CARMONA WAHL R. MIGLIACCI
CÉLIA MARCONDES SMITH	MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES
DELSON SILVA LAPA	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA REALI ESPOSITO
DANIEL GLAESSEL RAMALHO	MARIA CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER
EDUARDO STOROPOLI	NELSON FIGUEIRA JUNIOR
GEORGE DOI	OLGA MARIA SOARES E GROSS
GILCILENE ALVES DA SILVA	SONIA APARECIDA TEIXEIRA
IVO CARLOS VALENCIO	

Conselheiros suplentes presentes:

ANDRÉ LUIS MOURA ALCÂNTARA / CRISTINA LIMA CORTEZ / JOSÉ ULISSES BEZERRA DE FRANÇA.

Conselheiros com justificativa de ausência:

ANA MARIA MODOLO DIZ / CLAUDIA HELOISA HALLAGE / DALTON SILVANO / FÁTIMA CRISTINA FAIA PALMIERI / MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS / MURILO REPLE PENTEADO ROCHA / QUINTINO JOSÉ VIANA.

Coordenadora Geral:

Claudete V. de Carvalho

Secretária Executiva:

Julie A. Reiche